

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS DO SERTÃO

CURSO DE HISTÓRIA

GUSTAVO PEREIRA SANTOS

PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA  
CIDADE DE PENEDO-AL (2016-2019)

Delmiro Gouveia

2019

GUSTAVO PEREIRA SANTOS

PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA  
CIDADE DE PENEDO-AL (2016-2019)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão – Curso de Licenciatura Plena em História, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Ma Sheyla Farias Silva

Delmiro Gouveia

2019

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S237p Santos, Gustavo Pereira

Patrimônio e educação patrimonial na rede estadual de ensino na cidade de Penedo – AL (2016-2019) / Gustavo Pereira Santos - 2019.

63 f. : il.

Orientação: Profa. Ma. Sheyla Farias Silva.  
Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2019.

1. História – Alagoas. 2. Penedo – Alagoas. 3. Patrimônio. 4. Educação. I. Título.

CDU: 981(813.5):37

GUSTAVO PEREIRA SANTOS

PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA  
CIDADE DE PENEDO-AL (2016-2019)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade  
Federal de Alagoas – Campus do Sertão – Curso de  
Licenciatura Plena em História, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Licenciado em História.

*Sheyla Farias Silva*

\_\_\_\_\_  
Profa. Ma. Sheyla Farias Silva - UFAL. (Orientadora)

**Banca Examinadora:**

*Everton Rosendo Santos*

\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Everton Rosendo Santos - UFAL

*Pedro Abelardo de Santana*

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana - UFAL

## AGRADECIMENTOS

Não é fácil encontrar palavras e expressões para abraçar todos que fazem parte dessa caminhada que, ao longo de quase 5 anos, passou por várias fases. Tive momentos de alegrias, tristezas, angústia, risos, mas tive a graça de ter pessoas que carrego comigo e que guardarei, com muito carinho, na minha memória. Por isso, agradeço primeiramente a Deus, a quem devo a minha existência e que me oferece a oportunidade de conhecer pessoas incríveis.

Enquanto escrevo este agradecimento, acabo de ser interrompido pela pessoa responsável por tudo que acontece na minha vida: Jandira, minha mãe. Inúmeras vezes que estou estudando, no auge da concentração, e ela me chama para falar algo... mas isso se deve ao fato de que nós não somos apenas mãe e filho, somos amigos. Conversamos sobre tudo. Em Março de 2015, surgiu a oportunidade de cursar História na UFAL. Eu já cursava História em outra universidade e não precisava sair de casa. Ela teve mais coragem que eu e disse “Você tem que ir”. Ela sabia que o melhor para mim era morar em outra cidade, fazendo o que eu gosto, tendo mais oportunidade, embora custasse estar afastado dela. Por essas e outras, meu agradecimento especial vai a ela. Obrigado, mãe.

A outra figura importante que não está mais entre nós, meu pai, José Antônio. Partiu quando eu tinha 9 anos. Escrevo este agradecimento no exato dia que ele faz 15 anos de falecido. Gostaria que estivesse aqui, para que pudesse ver onde cheguei. Embora não tivesse concluído nem o fundamental II, por falta de oportunidade, incentivo, sabia do valor da educação. Era ele que me incentivava na escola, que me ajudava nas tarefas de casa. Não conseguiria sem ele e sem a memória dele.

Agradeço a toda minha família. Minhas duas irmãs, Emanuele e Rafaella, que são meu apoio em tudo. A quem confio meus segredos, minhas alegrias e decepções. Cada qual a sua forma, me dão força sempre que preciso. É a quem me colocam no chão no auge da minha vaidade. Falam o que eu preciso escutar, não o que quero, ao mesmo tempo que são compreensivas. Obrigado.

As minhas avós que cuidaram e cuidam de mim desde pequeno e até hoje me dão afago e carinho. Das pessoas mais simples, das histórias que contam, do amor que tem, de tudo que fizeram por mim e pela minha família. Tudo que sou tem influência do que essas duas mulheres, guerreiras como jamais vira, fazem por mim.

Agradeço a todos os meus familiares, tios e tias, primos e primas, que me dão força. Nesses 5 anos sempre me deram força e incentivo. Não tenho do que reclamar, tenho os melhores familiares ao meu redor. Meu padrinho João, meu amigo, sua esposa, tia Graça, e suas duas filhas e minhas primas, Rosilene e Lívia, são das pessoas mais incríveis que conheço; Tia Vera, obrigado pelo incentivo; Tia Nilce e Ronaldo, sempre amorosos; Tia Gedalva e suas conversas acolhedoras; aos e Primas Laís, Patrícia, Alisson, Ebson, Monique, Bruno, Bruna, Mary, Victor, Guilherme. São vários que carrego no coração.

Não poderia deixar passar alguns amigos importantes, como Matheus, Suzanny (Bonita), Flávia, que há 10 anos me agradam com a amizade. Vários entraram e saíram, mas alguns são para sempre e tenho orgulho da relação estabelecida com essas pessoas.

Agradeço aos amigos que ganhei quando cheguei à cidade de Delmiro. Da minha primeira república, Flávio, a qual é meu amigo imprescindível, Salaniel, que me acompanhou nesses 5 anos morando comigo, Ulisses e Luciano. A meu crescimento se deu muito a conviver com pessoas diversas, com vários modos de vida e costumes como nós, naquela pequena república.

Tive o prazer de encontrar os melhores companheiros de turma que pudesse ganhar. Amigos no qual a universidade me deu. Josiêlda e Simone, meus primeiros contatos, me ajudaram na adaptação na cidade e a UFAL. Jaqueline e Andreia que compuseram o grupo dos trabalhos acadêmicos. Elzita e Thaís, minha equipe de projetos e amigas. Ayrton e seu grande alto astral. Melque e as ótimas conversas que temos. Heloísa, blogueirinha e as conversas que me ajudam. Enfim, vários dessa turma que se tornaram especiais durante todo esse processo.

Agradecimento especial aos professores da Universidade Federal de Alagoas que me passaram conhecimento, em especial a minha orientadora Sheyla. Obrigado, professora, por cada puxam de orelha, por me cobrar, incentivar e por ter aceitado me ajudar nessa pesquisa. Sem sua ajuda, seria inviável chegar até aqui.

Para finalizar, agradeço ao povo brasileiro, que, através da universidade pública, gratuita e de qualidade, me deram a oportunidade de cursar licenciatura em História. Espero corresponder às expectativas e dá o retorno social.

Obrigado a todos.

## RESUMO

Este trabalho busca analisar a ministração e percepção da educação patrimonial na rede estadual de ensino da cidade de Penedo-AL no período de 2016-2019.s. Penedo, situada nas margens do Rio São Francisco, desde o século XVI destaca-se como centro um dos mais importantes núcleos da capitania e por conseguinte da província de Alagoas. É desse período que foram construídos vários monumentos que permanecem até os dias atuais, portanto preservar esse patrimônio é fundamental. Nessa pesquisa apresentaremos uma breve história da cidade, pincelando por sua influência durante o período colonial e imperial, até chegar seu declínio no início do século XX. Apresentaremos os conceitos de memória coletiva e a sua influência na formação da identidade coletiva, além de noções de patrimônio cultural e suas várias versões e como é tratada na legislação brasileira. A seguir, a pesquisa de campo e a análise de dados coletados através de questionários que consistia de 11 perguntas fechadas feitos aos estudantes da rede estadual de ensino de Penedo e dos professores. Buscamos, dessa forma, compreender como é a educação patrimonial na cidade, apontando a necessidade de que a memória seja preservada e que a juventude tenha acesso a cultura e história de Penedo.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial; História de Penedo; Memória.

## ABSTRACT

This paper seeks to analyze the ministry and perception of heritage education in the state school system of the city of Penedo-AL in the period 2016-2019.s. Penedo, located on the banks of the São Francisco River, since the 16th century has been one of the most important centers of the captaincy, and hence of the province of Alagoas. It is from this period that several monuments were built that remain to the present day and preserving this heritage is fundamental. In this research we will present a brief history of the city, brushing for its influence during the colonial and imperial period, until its decline in the early twentieth century. We will present the concepts of collective memory and its influence on the formation of collective identity, notions of cultural heritage and their various versions and how it is treated in Brazilian law. Next, the field research and analysis of data collected through questionnaires consisted of 11 closed questions asked to students of the state school of Penedo and teachers. Thus, we seek to understand how heritage education in the city, pointing to the need for memory to be preserved and for youth to have access to Penedo's culture and history.

**Keywords:** Heritage Education; Penedo's history; Memory.



## Lista de Figuras

Figura 1: Divisão das Capitanias Hereditárias .....	17
Figura 2: Conde Maurício de Nassau. ....	20
Figura 3: Penedos, conhecido atualmente como Roqueira, 2019. ....	21
Figura 4: Porto Fluvial de Penedo, S/D. ....	24
Figura 5: Navio Comendador Peixoto, S/D.....	25

## Lista de Gráficos

Gráfico 1: Entendimento de Patrimônio Cultural.....	44
Gráfico 2: Papel do Estado .....	44
Gráfico 3: Patrimônio Penedense .....	45
Gráfico 4: Preservação.....	46
Gráfico 5: Cumprimento da Escola. ....	47
Gráfico 6: Visitas ao Centro .....	47
Gráfico 7: Teatro e Estudantes .....	49
Gráfico 8: Peças no Teatro. ....	49
Gráfico 9: Visita ao Centro.....	50
Gráfico 10: Eventos culturais .....	51
Gráfico 11: História da Cidade .....	52

## Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>Histórias Ribeirinhas: Penedo, Berço Alagoano. ....</b>	<b>15</b>
2.1	Rocha imponente: Penedo, do Descobrimento do Brasil à Comarca Alagoana, em 1706...15	
2.2	“Águas que Banham Aldeias”: O Papel do Rio São Francisco Para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco no século XIX início do XX.....22	
<b>3</b>	<b>Memória, Identidade e Patrimônio: A Preservação Do Que Somos.....</b>	<b>28</b>
3.1	“Para que lembrar disso?” A Memória Coletiva na construção da Identidade. ....28	
3.2	Contribuições da Nova História Cultural: Patrimônio e educação patrimonial na criação do sentimento de pertencimento.....33	
<b>4</b>	<b>Trabalho de Campo: O Ensino Patrimonial na Rede Estadual de Ensino.....</b>	<b>38</b>
4.1	Rede Estadual de Ensino em Penedo .....	39
4.2	Análise Dos Dados Coletados.....	43
4.3	O Que Dizem Os Professores Da Disciplina História?.....	52
<b>5</b>	<b>Considerações Finais.....</b>	<b>56</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>
	<b>Anexos.....</b>	<b>61</b>

## 1 Introdução

Penedo, Alagoas, Brasil. Cidade histórica, situada às margens do imponente Rio São Francisco, 500 anos da chegada dos europeus, dos Caetés, das lutas entre portugueses e holandeses, da escravidão que entristece a história brasileira, das manifestações culturais, religiosas. Cidade que esteve presente em eventos da antiga capitania de Pernambuco, posteriormente comarca de Alagoas, província e, por fim, Estado. Penedo é uma pérola que faz parte da história do Brasil em que suas paredes, costumes, eventos culturais, contam e fazem parte da história do Brasil.

Quando os portugueses aqui chegaram, no início do século XVI, encontraram uma terra cheia de riquezas, habitada pelos Caetés. Começou, a partir desse momento, modificações na paisagem, na estrutura e cotidiano da “Grande Rocha”, de onde a povoação europeia se ergueu e expulsara nativos. A partir desse momento, uma série de eventos tornaram-na em uma das povoações mais importantes povoações do sul da capitania de Pernambuco, onde foram deixadas várias heranças para o presente.

Situada no sul de Alagoas, as margens do Rio São Francisco, Penedo hoje possui aproximadamente cerca de 64 mil habitantes<sup>1</sup>. Ao longo dos séculos, teve que lidar com o duro período da escravidão de africanos, com os europeus, em sua maioria portugueses, e com comunidades nativas, que juntas formaram o povo penedense.

A cidade de Penedo, atualmente, possui uma série de patrimônios relacionados aos mais diferentes períodos históricos do Brasil, desde o período colonial, passando pelo império até o Brasil República. Durante os quase 500 anos da chegada dos europeus, Penedo passou pelo desenvolvimento durante os primeiros séculos da colonização, teve seu auge no século XIX, durante o Império, e viu seu declínio após a Proclamação da República, especialmente após a segunda metade do século passado. Todo esse passado e suas implicações nos mostram como o presente se organiza e nos fazem compreender a sociedade ribeirinha de Penedo. É preciso que a comunidade não somente conheça a história da cidade como a viva, tendo acesso ao patrimônio cultural.

Este trabalho busca compreender a ministração da educação patrimonial nas escolas estaduais de ensino da cidade de Penedo-AL, a fim de identificar problemas na ligação entre

---

<sup>1</sup> Fonte: IBGE. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/penedo/panorama>> acesso 10/10/2019.

os jovens penedenses com o conhecimento sobre os patrimônios de sua cidade, da sua comunidade, e, assim, conhecimento sobre a história do município, especificamente do centro histórico.

Os sujeitos foram escolhido baseado em fatores como a idade dos estudantes, visto que no ensino médio suas idades variam, geralmente, entre 14 e 17 anos, suficiente para ter conhecimento de questões importantes patrimoniais da cidade, história do município e participação com a cultura local. Outro fator são as quantidades de estudantes que as escolas possuem, localidade e características próprias da rede estadual de ensino.

O tema surgiu das indagações: Uma cidade como Penedo, rica culturalmente, com vários grupos sociais, vários patrimônios, eventos, se preocupa em passar a memória e a identidade local para as futuras gerações? Como é feita essa transmissão da história da cidade em comunhão com a história do Brasil e de Alagoas? As futuras gerações, representadas pelos estudantes da rede estadual, se preocupam ou tem consciência do patrimônio penedense e a necessidade de preservação?

Para ter acesso a esses dados, aplicamos questionários a estudantes de 3 escolas estaduais: Escola Estadual Dr. Alcides Andrade, Escola Estadual Comendador José da Silva Peixoto e Escola Estadual Ernani Méro. Em cada uma das escolas, em acordo com cada direção e coordenação, foi definida 1 turma de cada unidade escolar para responder ao questionários de 11 perguntas, todas elas fechadas. Além disto, foram feitas 3 perguntas aos docentes das turmas, sendo elas abertas e com liberdade de respondê-las como quisera.

No segundo capítulo deste trabalho, abordamos a história da cidade, desde a chegada dos portugueses até o declínio econômico que a cidade enfrentou, na primeira metade do século XX. O capítulo se divide em dois períodos: todo o Brasil Colônia, na primeira parte, em que se abordam eventos importantes da história de Penedo e do Brasil, como a chegada dos holandeses na povoação, a elevação a categoria de Vila, entre vários eventos. É nesse período que vários dos monumentos físicos são erguidos, como o Convento Franciscano Nossa Senhora dos Anjos, entre outros, principalmente ligados a fé Católica; e o Brasil Império e início da República, passando pelo avanço econômico impulsionado pelo rio São Francisco, as relações portuárias, como a relação com os portos de Recife e Salvador, os mais importantes da época no Brasil, a visita do imperador D. Pedro II em 1859, quando buscou conhecer o Baixo São Francisco. Nesse período a construção de patrimônios materiais diminuiu, podendo citar o Theatro Sete de

Setembro, importante para o acesso à cultura para vários grupos. Mas é nesse período que surge vários patrimônios imateriais, como a festas importantes.

No terceiro capítulo apresentamos conceitos que norteiam nossa pesquisa e se faz necessário quando se estuda patrimônio: na primeira parte, conceitos de memória coletiva, identidade coletiva e consciência histórica. Abordaremos a memória coletiva como sendo importante na formação da identidade, para que a comunidade não entre no processo em que Le Goff chamou (2003) de Amnésia, pois um povo sem memória, seja voluntária ou involuntária, ocasiona problemas sociais e a não resolução dos mesmos. Na segunda parte do capítulo, apontamos os vários entendimentos sobre o tema desse trabalho: Patrimônio. Tanto os seus conceitos quanto a definição dada pela nossa constituição de 1988.

No quarto capítulo, abordaremos a pesquisa de campo realizada nas escolas estaduais de Penedo. Apresentaremos os resultados da pesquisa de campo, contextualizando os dados com interpretações pertinentes com a realidade da educação da cidade. As 11 perguntas feitas tem como base o patrimônio e o que a escola realiza para aproximar o patrimônio dos estudantes, como eventos ou feiras; perguntas sobre acesso à cultura e ao próprio patrimônio, como ao Theatro Sete de Setembro; e perguntas aos estudantes do quanto eles sabem sobre a história da cidade em que vivem. Seguimos os procedimentos metodológicos de Oliveira (2012), que constitui na observação, aplicação do questionário, entrevistas e, por último, análise dos dados.

A relevância da pesquisa é além de mostrar a educação patrimonial como forma de ter acesso a cultura, mas a cidadania. O indivíduo que conhece seu passado torna-se ciente da memória da comunidade, formadora da identidade coletiva do grupo e a escola é o espaço ideal e fundamental no desenvolvimento da sociedade, formadora de pensamento e críticos que conheçam sua história.

## 2 Histórias Ribeirinhas: Penedo, Berço Alagoano.

*"Penedo cidade bonita de Alagoas,  
Penedo cidade barroca e colonial.  
Penedo tem o Rio São Francisco,  
Tem a Rocheira  
O Convento e a Catedral..."*  
(Kid Dão)

A canção de Kid Dão, tão cantada e recitada pelas ruas de Penedo, mostra o quanto a cidade é histórica. Do barroco, do período colonial. Das paredes que contam o passado do município, do Estado e do Brasil. Das bênçãos do Velho Chico, o Rio que corta boa parte do território nacional. Das belezas geográficas como a Rocheira e sua bela vista do Penedo (refiro-me não a cidade, mas ao significado da Palavra Penedo, grande Pedra) e a imensidão que outrora o Rio São Francisco possuía. Das belezas arquitetônicas do Convento Franciscano Santa Maria dos Anjos, da Catedral Diocesana de Penedo. A cidade possui vários patrimônios culturais que a torna com características únicas, vindas de convivência entre europeus, comunidades indígenas e africanos escravizados.

É partindo dessa visão que abordaremos a história dessa cidade, tão rica culturalmente e bela em sua arquitetura e geografia. Da chegada dos portugueses desde o início da ocupação, passando pela invasão holandesa, brigas políticas, desenvolvimento econômico do século XIX, proporcionada pelo São Francisco, por intermédio do porto fluvial ribeirinho, até o início do século XX, período em que Penedo vê seu raio de influência decair.

### 2.1 Rocha imponente: Penedo, do Descobrimento do Brasil à Comarca Alagoana, em 1706.

Cidade que encanta, acolhedora e com várias belezas naturais. Penedo remonta ao passado, mostra-lhe paisagens e histórias impressionantes sobre o Brasil e Alagoas. A antiga vila, tão antiga quanto as paredes de seus monumentos, casarões suntuosos e vielas estreitas presentes até nossos dias, são traços da colonização portuguesa e holandesa e, posteriormente, do período imperial brasileiro. Tão rica e cheias de tradições que foi chamada de “o berço da nossa alagoanidade” (MÉRO, 1991, p. 40), berço da cultura, das representações alagoanas, fruto dos vários povos que constroem a cultura da cidade. Penedo faz parte da História do Brasil e seus acontecimentos andam de mãos dadas aos fatos que ocorriam pelo país e pela capitania em

que o Estado de Alagoas pertencia, Pernambuco, também conhecida como Nova Lusitânia (COSTA, 1983, p. 6).

A região do Baixo São Francisco, onde a atual cidade de Penedo se localiza, é conhecida pelos europeus antes mesmo do sistema de Capitânicas Hereditárias. Os portugueses avistaram o Brasil em 1500, e chegaram a foz do Rio São Francisco no ano seguinte em meados de 1501, pouco tempo depois do conhecimento do Brasil, já conhecido pelos índios da região, os Caeté<sup>2</sup>, como “Opara” (MÉRO, 1974, p. 19). Como é de conhecimento geral, o Brasil, na época do descobrimento pelos portugueses, já possuía índios, que viviam da terra, dos rios, da fauna e da flora. Havia elementos culturais e tradições nessas comunidades, tendo organização social bem estruturada, militar e conflito entre aldeias rivais, bem como alianças. Brandão afirma que “No esplendido e majestoso cenário onde marulham dolentes as lagoas e serpeia, murmuroso e offegante, o Opara, viviam várias tribos aborígenes, entre as quais, pela selvaticidade de seus hábitos, distinguiram-se os ferozes Cahetés.” (BRANDÃO, 1981, p. 5). Os Caetés, aos poucos, foram mortos, escravizados ou expulsos das terras onde habitavam, procurando cada vez mais o interior da América Portuguesa.

Foi nessa época, contudo, no mesmo ano, em 1501, que os portugueses entraram na desembocadura do ainda Rio Opara, para explorar e conhecer a região, mesmo que ainda timidamente. A descoberta do rio no ano anterior era uma dificuldade, visto fazia pouco tempo que descobrira a nova terra, sem conhecimento de desvios, rotas, correntes que pudessem dificultar a investigação da área. As explorações faziam parte das expedições Guarda-Costas, que buscavam impedir que outros reinos europeus colonizassem o território. Em uma dessas expedições, Alagoas esteve na mira dos europeus, mostrando que desde o descobrimento da terra, os portugueses buscaram dominar a região, assim como afirma Brandão

Foram, portanto, as costas de Alagoas e o seu grande rio, os pontos avistados logo depois das primeiras descobertas geográficas feitas pela esquadra que, visando explorar as costas, zarpou de Portugal e permaneceu 22 dias entre o Cabo de S. Agostinho e a barra do S. Miguel, levando d'ahi 11 dias para a embocadura do S. Francisco. (BRANDÃO, 1981, p. 2)

Passaram-se alguns anos desde o descobrimento e os portugueses buscavam formas de controlar as terras descobertas, o que levou o Rei D. João III a doar terras a seus representantes na década de 1530. O território que hoje é Alagoas fazia parte da capitania de Pernambuco, que ocupava espaço de 60 léguas (aproximadamente 290 quilômetros) de comprimento entre o São

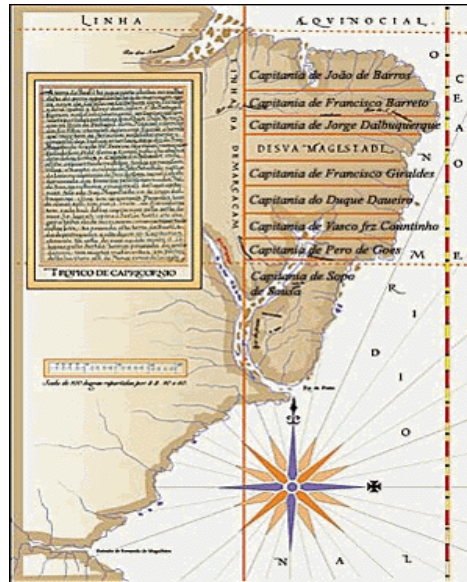
---

<sup>2</sup> Nativos que habitavam em várias regiões da capitania de Pernambuco, desde Itamaracá até a foz do São Francisco.



Francisco, ao Sul, e Santa Cruz de Itamaracá, ao Norte, sendo doada para Duarte Coelho Pereira em 1534 (BRANDÃO, 1981, p. 9). O território que hoje compreende o Estado de Alagoas está localizada na parte sul da antiga capitania, banhada pelo rio São Francisco.

Figura 1: Divisão das Capitânicas Hereditárias



Fonte: IBGE

É nessa região, na parte sul da capitania, que Penedo é fundada, nas margens do rio São Francisco e perto da sua foz. Há duas versões principais, que divide historiadores e especialistas, para o começo da colonização portuguesa na cidade de Penedo, entretanto não é difícil ou longínquo o período entre as ambas. As versões têm relação com o sistema de Capitânicas Hereditárias e a busca pelo controle do litoral da América na parte Atlântica, porém a primeira refere-se a doação de terra para Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário da capitania de Pernambuco e a segunda a seu filho.

Na primeira versão, partem de anotações de que Duarte Coelho Pereira realizou uma viagem de exploração da região do baixo São Francisco na década de 1540 (MÉRO, 1974, p. 24), viagem essa que teria começado em Olinda, o que seria aceitável que a região onde se instalou Penedo tenha sido posto de parada. Se o primeiro donatário pernambucano fundou algum grupo de representação portuguesa nessa época em Penedo, não há registros, porém é bem provável que Duarte Coelho Pereira tenha se deparado com uma das principais grupos indígenas da região, os Caeté, visto que essa comunidade nativa já habitava a região do Baixo São Francisco (MÉRO, 1974, p. 20) se a viagem tivera realmente acontecido.

Contudo, a segunda versão, e a mais aceita entre os historiadores, é atribuída não a Duarte Coelho Pereira, mas a seu filho Duarte Coelho de Albuquerque. Albuquerque, em sua missão de colonizar a capitania da dominação dos nativos e impedir que ameaças de outras nações europeias, especialmente na época franceses, invadissem a região, organizou duas expedições: uma ao norte de Olinda, sede da capitania, e a outra rumou ao Sul. O próprio donatário, auxiliado pelo irmão Jorge Coelho de Albuquerque, toma a direção sul da viagem, chegando na região do Baixo São Francisco (MÉRO, 1974, p. 24). É nessa expedição que uma feitoria é fundada na região de Penedo, conforme afirma Costa:

A sete leguas da foz, na posição de 10° e 13' de latitude sul e 6° e 31' de longitude este, do Rio de Janeiro, no penedo que ali se eleva, á margem esquerda do rio, fundou uma feitoria para a vigilancia do gentio, a qual foi a origem da actual cidade de Penedo e o inicio feliz da colonização sanfranciscana. (COSTA, 1983, p. 15)

Os gentios<sup>3</sup> já habitavam a região do baixo São Francisco antes da chegada dos colonos portugueses, todavia era necessário para os donatários reprimir e dominar a região com alguma forma de representação, seja comercial, militar, social ou religioso, tão comum na época do descobrimento, o que levou a fundação de uma feitoria em 1560 por Duarte Coelho de Albuquerque. É preciso salientar que, seja em 1545, com o pai Duarte Coelho Pereira, ou 1560, com o seu filho Duarte Coelho de Albuquerque, Penedo é a representação mais antiga europeia no estado de Alagoas (BRANDÃO, 1981, p. 10) e umas das cidades históricas mais importantes e imponentes do Nordeste brasileiro.

Méro afirma que “É, perfeitamente lógico, aceitarmos o início da fundação do Penedo em 1545, sendo consolidada e oficializada em 1560 por Duarte Coelho Pereira de Albuquerque” (1991, p. 39), o que consideramos que os dois donatários tiveram sua importância no desenvolvimento de Penedo: o primeiro possivelmente fez uma primeira povoação europeia, em 1545, enquanto o segundo tornou-a oficial, fundando uma feitoria, em 1560.

Logo a fundação da feitoria, Penedo cresce e torna-se ponto importante regional para o controle da Capitania de Pernambuco. Localizada em uma região estratégica, as margens do Rio São Francisco, perto do mar, era precioso posto na divisa com outra capitania importante, a da Bahia. O crescimento aumenta com o passar dos anos, o que leva Penedo, juntamente com duas outras povoações, no século seguinte, a categoria de Vila: Porto-Calvo, ao Norte, Alagôas, no centro, e Penedo, com o nome de Vila do São Francisco, ao sul (BRANDÃO, 1981, p. 19 e 20). Penedo, então, torna-se vila em 12 de Abril de 1636 com o título de "mui nobre e sempre

---

<sup>3</sup> Termo que os cristãos utilizam para designar aqueles que não possuem fé cristã adotado por aqueles que seguem a religião.

leal". (MÉRO, 1974, p. 26), o que mostra que Penedo tinha influência política na capitania pernambucana.

Com a União Ibérica, entre 1580 até 1640, Portugal esteve unificado com a Espanha e sobre a administração dos reis espanhóis, cristãos católicos, que tinha relações diplomáticas conturbadas com holandeses, que acabara de entrar na fé protestante ocorrida no século XVI na Europa. Desta forma, o governo espanhol não permite o comércio entre a Holanda e a América Portuguesa, que, por meio da Companhia das Índias Ocidentais, buscava ter acesso a relações comerciais com a América do Sul, levando a Holanda a invadir na década de 1620 a capitania de Pernambuco durante o governo de Mathias de Albuquerque (BRANDÃO, 1981, p. 12).

Embora os holandeses houvessem chegado na capitania na década de 1620, a invasão no atual território alagoano, contudo, aconteceu somente na década seguinte, em 1631 (BRANDÃO, 1981, p. 13), primeiramente na Vila de Porto Calvo, que se localizava mais próxima à cidade de Olinda, sede do governo. Os holandeses, que já dominavam a região norte da capitania, partiram ao sul para conquistar as terras e capturar Bagnuolo, que estava a serviço da coroa espanhola. Após passagem pela Villa de Magdalena, atual cidade de Marechal Deodoro, partiu para Penedo, em que o Conde Maurício de Nassau (figura 2), holandês, cujo papel na ocupação neerlandês foi decisivo, o seguiu, como aponta Brandão:

Abrigado na Villa de Magdalena, Bagnuolo não se achou garantido, pelo que abandonou-a no dia 10 de Março, procurando a região do S. Francisco, chegando em Penedo no dia 17. Não se julgando ainda seguro n'esse local, transpoz o caudaloso rio depois de já ter mandado para Sergipe o terço nopolitano e o hespanhol, com affonso Ximenes Almirou à frente. Effectivamente em sua perseguição vinham os hollandeses, commandados por Sigismundo van Schkippe e o proprio Mauricio de Nassau, que no dia subsequente à chegada de Bagnuolo em Sergipe (27 de Março) chegava em Penêdo, onde construia o forte Mauricio, e na margem direita do rio um reducto para obstar as communicações entre a Bahia e Pernambucano. Mandou Artischotsky para a Europa e, deixando ahi Segismundo, retirou-se para o Recife, onde desempenhou uma brilhante figura como administrador de excelsos dotes. (BRANDÃO, 1981, p. 23)

A fuga de Bagnuolo passa pelas três principais povoações do sul da capitania da época: Porto Calvo, Villa de Magdalena e Vila do São Francisco, como Penedo era chamada, e os holandeses seguem seu caminho até chegar na parte sul da capitania, perto da foz do rio São Francisco (MÉRO, 1974, p. 26). Sua empreitada para capturar Bagnuolo, que fugira para a Bahia, não ocorrera, contudo a chegada dos holandeses na vila de Penedo trouxe uma série de transformações na estrutura e em seu cotidiano.

Figura 2: Conde Maurício de Nassau.



Fonte: poraqui.com

Dentre outras inovações feitas pelos holandeses, como mudar o nome de Penedo para Maurícia (MÉRO, 1974 p. 30), em homenagem ao personagem mais célebre da invasão holandesa, a construção de um forte, com o mesmo nome do conde, Maurício de Nassau, por exemplo, foi uma das principais medidas adotadas pelos holandeses, que buscaram garantir o controle da vila de Penedo contra a reação dos portugueses (SILVA, 2016, p. 82). A construção do forte impõe vigilância, força e controle sobre a área conquistada, sendo assim fundamental na manutenção do poderio Holandês. Era preciso, contudo, que a fortificação se localizasse em lugar estratégico, de boa visão para todos os lados do rio e que pudesse suportar ataques externos. Para Silva, o forte localizava-se no local onde hoje é conhecido como Rocheira (Figura 3), que possuía essas características:

É visível o posicionamento do forte estrategicamente edificado após uma curva do rio, “abrigado” das vistas inimigas que porventura o atravessassem. Embora tenha se estendido por uma grande área dentro do sítio tombado, destacamos que os seus limites se dilataram para o local conhecido popularmente como “Rocheira”. (SILVA, 2016, p. 82)

O local onde foi construído o forte, no alto de um rochedo, tem visão direta para o rio em dois lados, em uma curva, o que poderia ser importante para a vista de uma possível reação portuguesa em Penedo. Maurício de Nassau, sabia administrar e permanecer a região conquistada (BRANDÃO, 1981, p. 21). Contudo, Nassau não ficou por muito tempo em Penedo, retornando para Olinda pouco tempo depois de conquistar a região sul da capitania.

Figura 3: Penedos, conhecido atualmente como Rocheira, 2019.



Fonte: Gustavo Pereira

Os tempos de dominação holandesa permaneceram em solo penedense por uma década aproximadamente, até 1646 (MÉRO, 1974 p. 31), quando os portugueses reassumiram o controle da capitania de Pernambuco. Em solo penedense, seguindo a tendência que ocorrera em toda a capitania pernambucana, a expulsão dos invasores se deu através de uma revolta, chamada de “Valentim da Rocha Pitta” (COSTA, 1983, p. 42), que fora preso pelos holandeses, português, o que levou a revolta popular. Os moradores de Penedo aproveitaram-se do baixo contingente de soldados holandeses para libertar o preso e conseguir armamento, que lhe possibilitou lutar contra os soldados estrangeiros. Segundo Brandão:

Estimulado pelo exemplo da parte septentrional da capitania, Penêdo resolveu-se também a sacudir o jugo dos batávicos. Aproveitando o momento em que um sargento, que tinha às ordens dez soldados passava com um preso, arrebataram-lhe este, do que redundou mandar Samuel Van Koyn setenta soldados para castigar a ousadia dos sanfranciscanos. Victima de uma tocaia, os soldados estrangeiros deixaram na mão dos insurgentes muitas armas, com as quais ousadamente puzeram em sítio o forte Maurício, enviando mensageiros ao Governador Geral Antonio Telles da Silva. (BRANDÃO, 1981, p. 27)

Com a derrota dos holandeses na reconquista da capitania pernambucana, pouco sobrou dos registros de sua passagem por Penedo. A fortificação Maurício de Nassau foi completamente destruída (BRANDÃO, 1981, p. 28), e pouco sabemos da estrutura física do forte, bem como a exatidão de sua localização. Todavia, a passagem dos holandeses em Penedo foi evento importante na história ribeirinha, que viu sua rotina modificada. A religião praticada por holandeses era o Protestantismo, enquanto os portugueses mantinham a tradição Católica, o que levou os ibéricos, logo após a reconquista, a construção de vários monumentos cristãos

católicos, principalmente de igrejas. É nesse período, pós-ocupação holandesa, que grande parte dos monumentos penedenses foram erguidos.

Devido ao crescimento da parte sul da capitania, Alagoas foi elevada à categoria de Comarca, em 1706 (COSTA, 1983, p. 76) efetivada apenas no ano de 1712. Alagoas já não era pouco habitada e aumentaram o número de povoados. Penedo mantivera a sua influência na região mais ao sul e por onde corria o rio São Francisco, tendo vasto território de influência, crescendo com o passar dos anos e tendo papel importante na dinâmica da comarca alagoana e do baixo São Francisco.

## **2.2 “Águas que Banham Aldeias”: O Papel do Rio São Francisco Para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco no século XIX início do XX.**

A frase de Guilherme Arantes contida na música “Planeta Água” (1997) mostra o quanto a água tem papel fundamental para a humanidade, seja sobre a vida, biologia, transporte para chegar em lugares, econômico para gerar riquezas, entre outros. Isso pode ser observado como grande parte das civilizações antigas, como o Egito com o Nilo, ou mais recentes, como as grandes navegações europeias, se desenvolveram a partir desse bem imensurável. Na cidade de Penedo não haveria de ser diferente, as águas do Rio São Francisco ajudaram no desenvolvimento da cidade, sendo seu momento áureo movido pela força que ele possuía, principalmente no século XIX.

Os caminhos prósperos da cidade ribeirinha, que acontecerá nos primeiros séculos de colonização, continuou com a entrada do século XIX, uns dos períodos mais vindouros da Vila de Penedo. É nessa época que o desenvolvimento econômico se torna mais promissor, e a leva a ter maior protagonismo e projeção, não somente na região do Baixo São Francisco, mas também em localidades do sertão baiano e pernambucano, vindos principalmente pelo porto fluvial ribeirinho, que escoava os principais produtos da cidade durante o período: Tabaco, salitre e gado.

O protagonismo pode ser observado na vida política da vila, percebida durante a revolução pernambucana de 1817. Penedo, como em várias povoações da comarca, ao lado de São Miguel, apoiou a revolução (BRANDÃO, 1981, p. 38), contudo, logo a revolução foi sufocada pelas forças do rei português que, como punição aos perdedores, separou a antiga comarca de Pernambuco, elevando Alagoas a condição de província, com sede e controle político próprio.

A posição política de Penedo durante a revolução, embora tenha sido influenciada por notícias vindas de Recife, capital à época da província, foi alvo de perseguição por outras povoações da região, como Vila Nova (atual cidade de Neópolis-SE, do outro lado do rio, praticamente em frente Penedo) que, entre várias ações, “aprezavam embarcações, prendiam indivíduos forros ou captivos, atiravam nos que fugiam aos seus ataques, patrulhavam acintosamente as ruas, etc.” (BRANDÃO, 1981, p. 40). Mas as sanções contra a Vila de Penedo endureceu, contando que

Não pararam ahi as perseguições, permittidas pela ineptia das auctoridades de Alagôas : Penêdo foi declarado em sitio e os actos de vandalismo chegaram a um auge tão elevado que a população espavorida procurou o refugio dos campos para evitar os desastres iminentes. Parecia que o desejo de perseguir se assanhava com as perseguições já feitas, e até se duplicava. (BRANDÃO, 1981, p. 41)

Estar no lado que perdeu, para Penedo, contou com uma série de problemas de relacionamento com as povoações vizinhas, entretanto o seu desenvolvimento não cessou. Pelo contrário, os tempos mais vindouros da comunidade ribeirinha vieram nas décadas seguintes, durante o período imperial brasileiro, época em que Penedo se torna cidade, em 18 de Abril de 1842 (MÉRO, 1991, p. 55).

A esse desenvolvimento e relevância podemos incluir o papel central e primordial do Rio São Francisco, que banha o território da cidade. A própria formação do núcleo populacional, desde os primórdios, pode ser colocado na conta do grande rio, que tem papel fundamental antes mesmo da chegada dos colonizadores no Brasil. Ele foi o responsável pela geração de riquezas não só de Penedo, mas de todo Baixo São Francisco, sendo o caminho de todo o seu desenvolvimento (MÉRO, 1974, p. 22). Para Silva, “O rio São Francisco desempenhou papel fundamental na organização do espaço penedense e de todo o seu raio de influência” (2016, p.75), é ele que montou e monta as diretrizes dos ribeirinhos, que atinge diretamente no cotidiano de toda a população. O Rio São Francisco, desde sempre, fora o motor da região do Baixo São Francisco.

A relação entre o rio e a cidade pode ficar evidenciado com o porto fluvial de Penedo, bem como as relações de comércio e transporte por ele estabelecidas. A construção de um porto, na época, poderia alavancar não somente o poderio econômico, mas político, tanto que Penedo foi cogitada para ser a capital da província (BRANDÃO, 1981, p. 48). Estava aí um dos principais pontos sobre a história dessa comunidade: Penedo tinha em seu porto, através da força do rio que nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, um forte meio de crescimento populacional, político e, principalmente, econômico.



Figura 4: Porto Fluvial de Penedo, S/D.



Fonte: Carlos Roberto Lisboa Tavares

Se por um lado a tão desejada mudança da capital para Penedo<sup>4</sup> não ocorrera, o seu desenvolvimento econômico à época foi enorme. Isto fica evidente ao compararmos Penedo e Maceió no século XIX, em que os ribeirinhos possuíam núcleo populacional maior que a capital até o final do império (TEIXEIRA, 2016, p.119). Não entraremos aqui, contudo, as dimensões territoriais de cada cidade, visto que não há consenso entre historiadores sobre os limites geográficos que delimitavam ambas, bem como os limites da própria província de Alagoas (COSTA, 1983, p. 62). Todavia,

No século XIX Penedo era conhecida como a segunda cidade mais importante da província das Alagoas. Foi neste século em todo o país, que a concentração urbana passa a ser efetivamente um fenômeno merecedor da atenção e, no caso de Penedo, a sua consolidação como centro de importância regional se deve em grande medida à sua localização estratégica situada entre os dois principais pólos de abastecimento do Nordeste Pernambuco e Bahia; à navegação fluvial pelo rio São Francisco, e ao seu porto fluvial. São tempos áureos que ficaram expressos definitivamente na paisagem. (SILVA, 2016, p. 96)

É através das relações geradas pelo porto que Penedo encaminha seu crescimento político e econômico. Embora no período colonial a cidade, antiga vila, fora importante, no período imperial ela ganha dimensões muito maiores, com raio de influência rio adentro e mais ainda, além das cachoeiras de Paulo Afonso. Até esse trecho do rio era navegável (um pouco

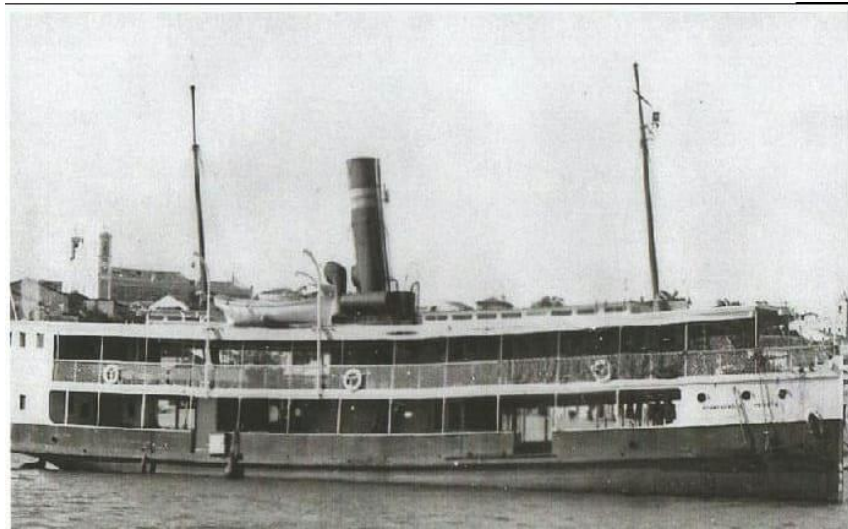
---

<sup>4</sup> foi transferida da Vila de Alagoas, atual Marechal Deodoro, para Maceió que continua sendo a capital do Estado



antes de Paulo Afonso, as águas calmas e serenas permitiam a navegação de embarcações, o que não se verifica quando se chega às cachoeiras), o que aumentou o comércio entre Penedo e outra povoação importante na província, a cidade de Piranhas. Já em 1874, as duas cidades assinam contrato para transporte de passageiros entre as duas comunidades, o que aumenta o comércio no baixo São Francisco (MÉRO, 1991, p. 60).

Figura 5: Navio Comendador Peixoto, S/D



Fonte: Carlos Roberto Lisboa Tavares

As relações entre passageiras entre as duas povoações alagoanas aumentou o contato entre o interior da província e o porto de Penedo, em embarcações, de modo geral, pequenas, (TEIXEIRA, 2016, p. 124). Penedo, assim, atendia as necessidades comerciais e de locomoção do sertão alagoano, quando o governo, observando o crescimento da região, cria a alfândega na cidade de Penedo em 1867 (SILVA, 2016, p. 100). A criação da alfândega aumenta a arrecadação de impostos e o controle das mercadorias que embarcavam e desembarcavam na cidade.

O avanço dos ribeirinhos aumentou com a visita do imperador Dom Pedro II, em 1859, que ficara hospedado no prédio conhecido atualmente como “Paço Imperial”. O monarca brasileiro buscara conhecer melhor a região do São Francisco, e, por isso, cruzou rio adentro, realizando pesquisas sobre o melhor modo de desenvolver a região sanfranciscana. Com a visita, chegaram investimentos de várias regiões em Penedo, colocando a cidade como principal “[...]entreposto comercial entre o interior do Rio São Francisco e o Oceano Atlântico no Segundo Reinado” (TEIXEIRA, 2016, p. 126).

A navegação a vapor, impulsionada pela revolução industrial, foi um divisor de águas na movimentação do porto fluvial. Muito maiores e rápidas, os navios começaram a atracar na região ribeirinha na década de 1850, quando Penedo começara a receber embarcações diretas de Salvador e Recife, os dois maiores portos brasileiros na época, e Maceió, capital da Província, através do porto de Jaraguá. Os portos de Salvador e Recife, inclusive, logo que fundaram companhias de navios à vapor, atracaram no porto fluvial de Penedo

Tão logo foram fundadas, as duas companhias passaram a tocar no Porto do Penedo, bem como se voltaram para a navegação interna do Baixo São Francisco. O desenvolvimento da navegação a vapor foi fortemente ancorado em financiamento do Estado. Deste modo, as companhias de navegação recebiam subsídios do Império e também das províncias onde operavam. A presteza com que as províncias de Alagoas e Sergipe votaram a concessão de subsídios para a operação das companhias de vapores em seus portos demonstra o ávido interesse de suas classes governantes no estabelecimento de linhas regulares de vapores em sua costa. (TEIXEIRA, 2016, p. 127).

Com a entrada e saída de navios vindos de várias localidades nacionais, desde o interior alagoano, no caso principal de Piranhas, como portos marítimos vindos de Salvador, Recife e Maceió, Penedo sobre um crescente desenvolvimento econômico e populacional no Baixo São Francisco, ao ponto de chamar atenção de embarcações vindas dos estrangeiros. Em 1870, a empresa “Amberg & Cia.” trouxera o primeiro navio proveniente de fora do país (TEIXEIRA, 2016, p. 129). O Rio São Francisco, na sua imensidão de águas de outrora, acolhera embarcações de porte elevado, encontrando no porto fluvial de Penedo o principal posto para escoamento das mercadorias do exterior. Com o decreto imperial de 1866, que atingia o Rio Amazonas e seus afluentes para comercialização estrangeira e acabara incluindo o Rio São Francisco, as embarcações começam a chegar em maior número,

Um fator a mais deu novo fôlego à navegação interna do rio naqueles anos. Em fins de 1866, o Decreto Imperial de 3.749 “no intuito de promover o engrandecimento do Império, facilitando cada vez mais as suas relações internacionais, e animando a navegação e o comércio” abriu o Rio Amazonas, afluentes e o Rio São Francisco aos navios mercantes de todas as nações. É certo que os formuladores da legislação estavam muito mais preocupados com a navegação do Rio Amazonas, e que talvez o São Francisco tenha sido inserido na lei por influência direta de um dos filhos ilustres do Penedo, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, o Barão do Penedo.<sup>246</sup> De qualquer forma, não é difícil vislumbrar o quanto a abertura do Rio São Francisco à navegação direta com o exterior deve ter animado investidores e produtores da região. A efetivação da rota Penedos - Piranha certamente foi influenciada por esse momento auspicioso. Ainda naquela década foi aberta uma alfândega em Penedo, necessária para o trato do comércio com o exterior, mas a navegação efetiva com portos estrangeiros passou a ocorrer apenas na década seguinte. (TEIXEIRA, 2016, p. 129)

O Rio São Francisco sempre fora o motor de todas as relações de Penedo com as demais povoações. Seu período de cheias, que ocorrera com frequência, invadia o centro da cidade, como a de 1919 (MÉRO, 1991, p. 69), todavia a população ribeirinha estava acostumada com

os movimentos naturais do rio. Tais danos parecem ser risonhos ao observar os benefícios que o avanço das águas podiam acarretar para a economia dos habitantes da comunidade ribeirinha, com a pesca, comércio de grãos. Cerqueira afirma que “[...]a economia dos habitantes ribeirinhos dependia intimamente do rio, com seu regime de cheias e vazantes e o ecossistema em que estava inserido.” (2015, p. 28). Peixes, camarão e outros tipos de alimentos que o rio oferecia eram usados tanto na vida cotidiana, para subsistência, como para comercializar com os vários navios que atracavam no porto da cidade.

Com o porto em pleno desenvolvimento e o rio da integração nacional<sup>5</sup> como aliado, Penedo vê seus momentos vindouros até as primeiras décadas do século XX. A cidade fora o principal acesso ao sertão alagoano, tendo nas embarcações o sistema de transporte fluvial entre regiões longínquas, que acabara chegando em Piranhas. Atualmente, os tempos de riqueza passaram, restando lembranças do período em que a cidade se tornara um dos principais centros econômicos da região, com um raio de influência que permeava o interior de Alagoas com ligação aos principais portos do país.

A decadência econômica da cidade também dar-se ao papel central do Rio São Francisco. Outrora com várias e fortes cheias, com águas que inundavam e entravam mar afora, hoje o rio é tímido e pouco utilizado para transporte de longas distâncias, restringindo-se a travessia entre os estados de Alagoas e Sergipe na região do Baixo São Francisco. Vários fatores para a queda da força do rio, dentre eles a construção de várias hidrelétricas (CERQUEIRA, 2015, p. 30), que prendem a água e impendem que as cheias se realizem na região do Baixo São Francisco.

Outro fator que influenciou o declínio da vida econômica e desenvolvimento foi a crescente quantidade de rodovias (CERQUEIRA, 2015, p. 31), que se tornou o principal meio de transporte de passageiros ou de cargas não só no estado alagoano, mas como em todo território nacional. O transporte por embarcações não foram os únicos afetados, como também o ferroviário, que viu sua malha se definindo ao longo da segunda metade do século XX.

O que ficou da cidade foram as Histórias que ela pode nos contar sobre seu passado. Vários monumentos foram erguidos durante mais de 450 anos de colonização europeia, desde a feitoria em 1560 as igrejas do século XVII, XVIII e XIX, um patrimônio cultural imensurável para a identidade e memória dos penedenses e, por assim dizer, dos alagoanos.

---

<sup>5</sup> Como o rio São Francisco fora conhecido no século XIX.

### **3 Memória, Identidade e Patrimônio: A Preservação do que somos.**

Neste capítulo, buscaremos apresentar conceitos, que norteiam a pesquisa deste trabalho. Partindo da Nova História Cultural, faremos discussão sobre o tema, visitando e construindo narrativas não hegemônicas, problematizando a intencionalidade que narrativas construídas pelo tempo existem.

Dessa forma, começaremos debatendo conceitos de memória coletiva, entre teóricos como Jacques Le Goff e Halbwachs. Em seguida, discutiremos a identidade, coletivamente e não individual, que pode ser formada com sua intenção e segue relação de poder e busca pela hegemonia da narrativa, entre autores como Éder e Candau. No final dessa primeira fase, analisaremos o papel da consciência histórica no processo de formação da identidade coletiva, concordando com a visão de Rüsen.

Na finalização do capítulo, abordaremos as definições de patrimônio cultural e o papel do Estado brasileiro na sua preservação, bem como as leis que o seguem e o protegem. Analisaremos o papel da educação patrimonial na formação do sentimento de pertencimento no indivíduo, em seu papel na contribuição da preservação dos bens culturais e a aproximação deste sujeito com os monumentos tombados.

#### **3.1 “Para que lembrar disso?” A Memória Coletiva na construção da Identidade.**

Há muito se debate o papel da memória, mais precisamente da memória coletiva, na formação e construção da narrativa do passado. A disputa pela sua narrativa e, assim, na construção de uma identidade de uma determinada nação, comunidade ou grupos sociais, envolve uma série de problemáticas e visões. A consciência histórica, dessa forma, surge, que é do passado que se forma a identidade, que deve ser contextualizado para que não seja somente decorativo e hegemônico, mas também ciente na construção social. Apresentaremos, assim, conceitos de memória, identidade e consciência histórica, bem como analisaremos sua ligação com o patrimônio cultural.

Buscaremos, assim, observar a construção da memória coletiva envolvida na sociedade penedense por meio dos estudantes do ensino médio, fator primordial na construção da identidade da cidade, já que é da juventude que se tende a prosseguir memórias construídas por séculos de influência europeia cristã católica, das comunidades indígenas e africanos escravizados bem como a preservação dos monumentos, através da problematização com sustentação da consciência histórica.

A memória coletiva pode ser entendida de várias formas, existindo várias interpretações de autores que se debruçam sobre o tema. Maurice Halbwachs é um dos principais autores que escreve sobre a memória coletiva, ainda no início do século XX, com o livro “A Memória Coletiva”. Pollak (1992, p. 201) afirma que Halbwachs já dizia na década de 20 e 30 do século passado que a memória é um fenômeno tanto coletivo quanto social, sendo ele realizado pelo coletivo e também contendo mudanças e transformações ao longo do tempo.

Contudo, uma das definições de memória mais antigas e de sintetização de seu conceito é de Boncompagno da Signa. Em sua definição, “*O que é a memória?* A memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas” (op.cit., p.255, *apud* Le Goff, 1990, p.447).

Todavia, o próprio conceito de memória coletiva é questionado. Burke (2011, p.71) é um dos autores que prefere utilizar o termo “memória social” à memória coletiva quando se refere a anamnese distantes do presente. Entretanto, o historiador Jacques Le Goff (1990, p. 424) atribui a memória coletiva aos povos sem escrita. Segundo ao autor, “A memória coletiva parece, portanto, funcionar nestas sociedades segundo uma ‘reconstrução generativa’ e não segundo uma memorização mecânica.” (LE GOFF, 1990, p. 426). A conceituação, dessa forma, pode abranger de várias formas entre autores distintos.

A memória se torna, então, um meio de controle social e briga pela narrativa dos fatos e relatos acontecidos no passado. Não a memória como lembranças que Halbwachs (1990) afirma, mas a memória pela narrativa da história, do passado distante. Por que um determinado momento ou lugar, data ou acontecimento, em detrimento de outro? Há a intencionalidade na construção da memória coletiva, ou seja, a manipulação da mesma (LE GOFF, 1990, p. 422)

A própria palavra, “memória”, que passou por inúmeras alterações ao longo do tempo, como *mémoire*, ou *memoriae*, ambas criadas na idade média (LE GOFF, 1990, p. 455), demonstra que a preocupação em salvar acontecimentos ou escritos do passado era importante, principalmente na era Cristã. Isto fica bastante evidente ao analisarmos como a presença dos monumentos religiosos estão vinculados na vida cotidiana do mundo ocidental. Essa evidência, no caso específico dessa pesquisa, mostra-se nas várias igrejas e elementos que reforçam a presença e tradição cristã católica na cidade de Penedo.

Seria, então, história e memória tão próximas? Elas se completam ou se distanciam? O debate se as duas, História e memória, são semelhantes, próximas ou se distanciam uma da

outra é analisada por vários autores. Se a História é a ciência do Homem no tempo (BLOCH, 2001, p. 55) e a memória “pode-se descrever [...] como uma reconstrução do passado” (BURKE, 2011, p. 70), poderíamos aproximá-las ou não? Halbwacbs (1990) é um dos autores que separa os dois termos

De tudo o que foi dito anteriormente se conclui que a memória coletiva não se confunde com a história, e que a expressão "a memória histórica" não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e apreendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. (HALBWACBS, 1990, p. 80)

Este fato acontece com Halbwacbs porque o autor aproxima a memória a lembranças vividas pela sociedade. Não haveria memória, dessa forma, de elementos distantes do presente, restringindo-se aos acontecimentos vividos. As memórias de civilizações passadas não se encaixariam no conceito de memória coletiva.

Em outra vertente, Le Goff (1990), aponta que “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” 1990, p. 471), ou seja, na visão desse autor, há uma aproximação entre memória e História.

É por buscar a hegemonia da narrativa e conseguir controle social, da luta pelo poder, que a memória é alvo de disputa entre vários seguimentos e de várias classes. Ela deve buscar pela libertação e não aprisionamento dos homens (LE GOFF, 1990, p. 471), pela igualdade e não pela opressão. É dessa perspectiva que a procura da hegemonia da narrativa levava a construção da identidade social, pelo seu controle, que culmina na formação de características de determinado grupo ou segmento.

Como toda a disputa pela narrativa e início de construção da identidade coletiva, a disputa leva a conflitos, seja por grupos étnicos ou sociais que compõem uma sociedade ou políticos (POLLAK, 1992, p. 205), contudo se a sociedade estiver muito bem estruturada, não haverá problemas externos que criticam tanto a identidade coletiva quanto individual (POLLAK, 1992, p. 207). Não é o caso da sociedade brasileira, especificamente do Penedo, que convive com vários grupos sociais de várias origens, como presença afrodescendente, o que acarreta em vários debates que acrescentam não somente na identidade coletiva, mas no questionamento da “unidade”.

A definição de identidade pode parecer individual, característica própria de determinado indivíduo, entretanto ela designa-se também a coletividade, denotando características de um

grupo específico. Candau (2014, p. 25) afirma que “se admitirmos esse uso pouco rigoroso, metafórico, a identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma *representação*”. Representação essa que engloba características ditas como comuns a esse grupo, que o identifica, caracteriza, de acordo com elementos “compartilhado por uma maioria dos membros de um grupo e que confere a este uma identidade dotada de uma certa essência.” (CANDAU, 2014, p. 26). A formação da identidade coletiva, portanto, é construída por pessoas que se assemelham as ideias, costumes, crenças, que o grupo em que ele está inserido abraça como sendo seu, parte não só de uma sociedade, mas do próprio indivíduo.

A instituição do Estado, dominado por uma elite que impõe sua identidade aos demais grupos sociais, conseguiu a domesticação das identidades coletivas (EDER, 2003, p.7) a fim de uma unidade nacional. Não à toa, o Estado tende a divulgar suas ideologias, construindo a identidade coletiva. Eder afirma que

O resultado é a construção de uma identidade coletiva que se manifesta como a idéia de um ego capaz de ter ou expressar uma vontade coletiva. Essa identidade permite superar interesses particulares, criar a disposição de pagar impostos, de entregar os filhos a instituições educacionais controladas pelo Estado e de, até mesmo, morrer pelo Estado. (EDER, 2003, p. 7)

Quanto ao Estado e o seu interesse, continua o autor

Disso se segue uma proposição teórica: é a configuração particular de interesses e identidades o que explica a dinâmica das relações sociais num dado espaço social e num determinado tempo. O Estado nacional moderno é um caso particular dessa combinação de identidades e interesses. Pode-se dizer que se trata mesmo do caso ideal de sua convergência: a busca racional do interesse é maximizada onde existe um Estado que produz uma percepção compartilhada de sua *appropriateness*, isto é, uma identidade coletiva. (EDER, 2003, p. 8)

Mostra-se inegável que o Estado não só impôs uma determinada identidade coletiva sobre as demais identidades, mas também que a sociedade chega ao ponto de aceitar, incentivar, defender e propagar a interpretação do Estado sobre a formação da coletividade conforme seus interesses. Obviamente, grupos minoritários continuam a preservar seus traços indenitários, mas a hegemonia do discurso tende a sufocá-los.

A identidade penedense, bem como a memória coletiva constituída pela sociedade, é reflexo da instituição do Estado e sua força sobre os demais grupos étnicos e sociais. Embora haja festividades ou eventos de culturas não europeias, a noção de identidade coletiva da cidade ainda se constitui por classe dominante. Mas é partindo do local, na formação da identidade da cidade, que se constitui a coletividade. Lima afirma que “Na mesma perspectiva, a história local é a base para a construção da identidade, das redes comunitárias e, por conseguinte, da

participação individual na vida da coletividade, aspectos que conduzem ao empoderamento e à liberdade, necessidades humanas fundamentais” (2007, p. 378). Ainda segunda a autora

Conclui-se, portanto, que história local e identidade comunitária são dois aspectos profundamente interligados. Entende-se, por esse viés, que na ausência de uma identidade e de uma história própria, a comunidade terminará por emprestar uma identidade e uma história alheias. (LIMA, 2007, p. 375)

É desta posição que se presume que a identidade coletiva da cidade se constitui, através da história construída por si mesma. Ela é formada por vários aspectos, tradições e costumes ao longo de sua história, memória e elementos que caracterizam o grupo. Obviamente, como aqui retratado, a identidade coletiva é construída por uma classe que a domina, mas não será alvo neste trabalho essa problematização.

Para Lima (2007, p. 371), a formação da identidade coletiva dá-se pelo conjunto dos elementos de vários ramos, dentre eles a História e a memória coletiva. Sua instituição é formada por relações de poder, que seguem interesses de um segmento social, utilizando de relatos e mitos. É desta forma que se constroem não somente a identidade coletiva, como também a cultura de um grupo, de forma inconsciente, diferentemente da História, que possui consciência, a “consciência histórica”.

Para Rüsen, entende-se que

“(…) a consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições dadas da vida.” (RÜSEN *apud* PACIEVITCH, 2007, p. 52)

Para o autor, a consciência histórica é algo independente da vontade Humana, ela é constituída em todas as sociedades. Dessa forma, a consciência histórica é a compreensão que a sociedade possui sobre sua própria História, que nasce da convivência que os Homens possuem entre si e com as sociedades (CERRI, 2001, p. 101).

A consciência Histórica, assim como afirma Rüsen, é algo que vai além da vontade Humana. Os fenômenos naturais como vida, morte ou velhice são processos que mostram que, além de biológicos, são conscientes também por todo o grupo (CERRI, 2001, p. 100). Os processos culturais se assemelhariam com os naturais á que estão impregnados na sociedade de uma forma forte, tanto que as futuras gerações a adquirem espontaneamente.

A consciência histórica constitui-se no sujeito com o grupo, formando o coletivo e a identidade dos mesmos. Essa formação se dá pelo elo entre pessoas do grupo e de outros grupos, naquilo do que é característico da comunidade. Ao elo entre pessoas e grupos que Cerri



(2001) atribui a formação da identidade coletiva, e a consciência histórica dos elementos que a constituem, é natural em qualquer grupo Humano.

É dessa forma que determinado grupo social forma suas características. O que deve ser lembrado, como deve ser lembrado, constituem a memória coletiva do grupamento. A esses movimentos, monumentos que se elabora a identidade coletiva, podendo ser ela consensual ou à força (comum em vários lugares do mundo). A consciência histórica entra como o elo dessas informações com a comunidade em que está inserido o indivíduo. Sabemos que, como afirma Rüsen, a consciência histórica é algo inerente à vontade Humana (CERRI, 2001, p. 100), e que a formação da identidade coletiva segue interesses. É preciso, dessa forma, não apenas aceitar a imposição vinda de cima para baixo, mas também contextualizar com a vida das pessoas, o cotidiano de sujeitos que vivem longe do acesso a informações que, para muitos, é bastante comum.

A intenção da preservação da memória e formação da identidade leva ao debate do que deve ser lembrado e o motivo. Qual patrimônio deve ser protegido e sua intenção. É dessa forma que emerge a educação patrimonial, que será discutido em breve...

### **3.2 Contribuições da Nova História Cultural: Patrimônio e educação patrimonial na criação do sentimento de pertencimento.**

Analisaremos, neste tópico, conceitos de patrimônio, educação patrimonial e pertencimento, com o olhar da Nova História Cultural (NHC). Suas definições elucidam as motivações da pesquisa, bem como o papel que o patrimônio possui na formação da identidade coletiva. Para que se forme a identidade, a educação patrimonial seja formal ou informal, nas escolas ou fora dela, são diretrizes de preservação dos bens culturais deixados por gerações anteriores, dando aos indivíduos significado dos mesmos e, assim, formando pertencimento aos cidadãos.

A NHC é assim chamada porque analisa a cultura de uma forma diferente da que era realizada. Anteriormente, vislumbrava a cultura através dos feitos de grandes homens, esquecendo a vivência das pessoas comuns, que eram deixadas de lado. Esse novo modo de se fazer História Cultural “Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2008, p.15). Dessa forma, busca-se aproximar a História Cultural dos indivíduos esquecidos

pela própria História, dando-lhes visibilidade e compreendendo contexto de sua visão de mundo.

Segundo Pesavento (2008), a História cultural decifra o passado pelas representações, debatida no tópico anterior, associada à identidade coletiva. É desta vertente que produziremos este trabalho, para “[...] tentar atingir a percepção dos indivíduos no tempo, quais são seus valores, aspirações [...]” (PESAVENTO, 2008, p. 71), bem como o processo de consciência sobre a preservação do patrimônio cultural.

#### Partindo desta visão, entende-se que Patrimônio Cultural

[...] designa o conjunto de bens oficialmente protegidos, tangíveis e intangíveis, que participam da construção do pertencimento, das identidades e da continuidade da experiência social, no âmbito dos processos de formação e transformação das nações contemporâneas e das relações internacionais. (MARTINS, 2011, p. 281)

Tanto o patrimônio tangível como o intangível, sendo eles, respectivamente, material e imaterial, deve ser preservado. A sua conservação leva a sociedade a ter acesso a cultura e a memória do grupo social em que o indivíduo está inserido, levando-o a compreender características grupais. Contudo, Santos (2007, p. 148) afirma que é de desconhecimento da maioria da população a noção de patrimônio cultural. O distanciamento entre população e o patrimônio cultural da sua cidade, estado ou país, leva os mesmos a não preservação dos elementos que constituem a identidade coletiva.

No Brasil, o órgão que regula o tombamento do Patrimônio é o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), no qual o Estado brasileiro conserva e preserva os bens materiais e imateriais que considera importantes para a cultura do país. Dessa forma, o patrimônio é uma construção social (DANTAS, 2015, p. 31 e 32), que obedece a normas estabelecidas por determinado grupo. Essas normas, que passa pelo entendimento da identidade coletiva, apontam diretrizes do tombamento, como, por exemplo, relevância histórica, por circunstância de certo período de tempo.

A garantia da preservação do patrimônio no Brasil nem sempre foi alvo de atenções, embora houvesse o IPHAN (primeiro como serviço (SPHAN, depois instituto) desde a década de 1930. A lei nº 378<sup>6</sup>, de 1937, que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi um importante passo na preservação, contudo não o suficiente para definições e proteção profunda. Dantas (2015) afirma que o Estado brasileiro “[...] por ser uma instituição, possui

---

<sup>6</sup> Lei criada por Getúlio Vargas, presidente do Brasil, que criou o SPHAN. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_n\\_378\\_de\\_13\\_de\\_janeiro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf)> acesso 06/06/2019.

uma estrutura jurídica que permite uma longevidade indefinida [...]” (2015, p. 49), o que facilita o controle e preservação do patrimônio. Entretanto, há falhas que se prosseguem ao longo das décadas até a constituição promulgada em 1988, no seu artigo 216, que trata do entendimento do Estado brasileiro sobre patrimônio cultural.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(Constituição, 2016, p.126)

O artigo da Carta Magna brasileira busca garantir a identificação, tombamento, preservação do patrimônio cultural, apontando o Estado e a população como membros da preservação. O incentivo ao patrimônio, seu conhecimento, reconhecimento, seja material por meios de monumentos, centros urbanos históricos, ou imaterial por meio de festividades. O patrimônio cultural protegido pelo Estado possui a sua intenção. Entre elas, de uma unidade de identidade, que é seletiva. Dessa forma, o patrimônio cultural se torna hegemônico, classista e excludente quando não olhamos para grupos que não possuem bens, sejam materiais ou imateriais, tomados.

Porém, não é apenas a união que possui meios de preservação ou legislação de proteção patrimonial cultural. Os estados e municípios, cada um à sua forma, possuíam leis próprias a fim de proteger seus bens culturais (DANTAS, 2015, p.38). Em suas esferas, seja municipais ou estaduais, leis, principalmente de preservação, são criadas, bem como a convivência que a população possui com os monumentos tombados.

É dessa forma que surge a educação patrimonial, com a finalidade de trazer a população, seja por meio de escolas, congressos, ações de panfletagem ou outras formas de divulgação e ensino, conscientização da importância de preservação do patrimônio cultural. O IPHAN, em 1999, lançou o Guia Básico de Educação Patrimonial<sup>7</sup>, que define como

---

<sup>7</sup> Lançado em 1999, pelo IPHAN, é referência para quem pesquisa educação patrimonial, que norteia trabalhos e conscientização de bens, bem como suas definições, identificação, meios, objetivos, análises e divulgação do patrimônio cultural.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA *et al*, 1999, p.4)

A emergência da educação patrimonial se deu com a busca de preservação do passado e da memória coletiva. A valorização cultural da comunidade, consciência histórica dos indivíduos que fazem parte, passa pela educação, neste caso, patrimonial. Segundo Horta, a educação patrimonial “Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (1999, p. 4), ou seja, é trazer o patrimônio cultural para o centro do debate e da discussão sobre seu papel na formação da cultura e da identidade coletiva do grupo por meio da memória.

Por isso, o IPHAN (estende-se também as escolas como meios para isso) precisa divulgar os patrimônios de cidades, estados e do país, para haver aproximação dos habitantes com a cultura local, respeitando as especificidades e características de cada região (SANTOS, 2007, p.151), características estas que vão a diferenças comportamentais como estilo de dança, comida ou festas, quanto a monumentos, que pode ser uma igreja, casa, ou outros prédios.

O IPHAN não é (nem deve) ser o único meio de conscientização do patrimônio e educação patrimonial. As escolas, como meios de ensino e aprendizagem, possuem também a tarefa de divulgar os bens culturais regionais. A inclusão da educação patrimonial nos currículos não são viáveis devido ao grande número de conteúdos escolares, mas existem outros meios de apresentar o tema para os estudantes. Para Santos (2007) “O patrimônio em sala de aula não é uma disciplina, portanto não faz parte do currículo obrigatório, mas pode ser contemplado como tema transversal no tema Pluralidade Cultural” (p. 155), o que seriam desenvolvidos de formas não convencionais, mesmo fora da sala de aula, como, por exemplo, visitas técnicas, feiras, debates, discussões e exposição dentro e fora da escola sobre os patrimônios que estão próximos da vida dos estudantes e da comunidade.

Segundo Horta “A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos estudantes o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva.” (1999, p. 6). É dessa forma, aproximando os estudantes de processos culturais, que interage com a sociedade, que a educação patrimonial deve buscar: estreitar a distância entre os bens e a população. É preciso, contudo, não somente apresentar os bens e os conceitos, mas

também questioná-los, a fim de maior consciência da necessidade de preservação dos mesmos, tal como problematizar os motivos de sua escolha em detrimento de outros.

Aproximar a educação patrimonial à sociedade em geral, especialmente nas escolas, é trazer cidadania a mesma, assim como compreender o contexto que está inserido, com abordagem que vai desde a identidade (retratada sua importância no tópico anterior). Santos (2007, p. 157) afirma que “A relação da sociedade com o patrimônio inclui também o exercício da cidadania, ou seja, direitos e deveres”, em que fomenta o conhecimento social. O direito ao acesso aos bens tombados, assim como o dever de preservá-lo e respeitá-lo. Acesso ao centro histórico que conta a história da cidade, de um conjunto de casas que mostram o estilo de determinado período, assim como acesso a festividades, danças, religiosidade. Acesso ao patrimônio cultural material e imaterial. Assim, o cidadão exerce a cidadania a qual tem direito e dever, o que “[...] faz parte da história individual e coletiva do sujeito, da sua formação como indivíduo, o que leva à intenção de proteger aquele bem, de resguardá-lo” (SANTOS, 2007, p. 157).

Entretanto, o trabalho de conscientização está longe de ser atingido, mesmo pelo próprio poder público. O patrimônio cultural está distante de ser a prioridade em vários governos, principalmente para afastar as pessoas mais carentes de acesso à cultura. Em muitos casos, as campanhas de ações do Estado não são fortes suficientes para proteger os bens culturais, sendo alguns desprezados, ligado apenas a uma parcela da população (SANTOS, 2007, p. 159). Isto ocorre, como mencionamos anteriormente, para que a proteção da memória e identidade coletiva sirva a um interesse. Obviamente, como somos seres que temos intenções, buscamos salvaguardar aquilo que nos cabe ou que nos atinge. O papel da educação patrimonial está próximo deste debate, contextualizar essa intenção. A quem serve o tombamento e preservação de determinado bem? Há, neste caso, busca pela hegemonia narrativa.

É desta forma que se cria na sociedade, através da educação patrimonial, sentimento de pertencimento nos cidadãos que a compõem. Os indivíduos do grupo social sentem-se pertencentes à comunidade quando o mesmo tem acesso à cultura, memória e identidade coletiva. Para Santos “A escola, ao reconhecer as atividades sociais que permeiam a comunidade em que está inserida, e ao levar essas atividades para a sala de aula, legitima tais atividades por meio de sua valorização. (2007, p. 162). Desde a juventude, se obter educação patrimonial desde a juventude, não somente nas escolas, a cidadania ficará mais forte.

#### **4 Trabalho de Campo: O Ensino Patrimonial na Rede Estadual de Ensino.**

Sendo Penedo uma das mais antigas povoações europeias no Brasil, foram deixados vários traços desse período que perdurou por mais de 3 séculos. Patrimônio arquitetônico e cultural, os monumentos atravessaram gerações, chegando ao presente. Dessa forma, manter e preservar o passado, para entendermos a contemporaneidade, passa a ser vista como necessário para o fortalecimento identitário de um povo. A educação nas escolas sobre patrimônio que faz parte da realidade comunitária do estudante o situa num grupo social com suas várias características. Segundo Mathias, “ No transcurso de volver o aluno à sua condição de sujeito histórico, urgia torná-lo capaz de compreender como se dão os processos de construção dos significados sociais.” (2011, p.47). É importante que o estudante se sinta pertencente e que compreenda que ele faz parte da coletividade e do processo cultural.

A constituição Federal, nos seus artigos 205 e 206, tratam da questão do papel da educação na formação da cidadania. Ela enfatiza o papel do Estado na formação da cidadania, sendo dever do mesmo e direito de todos, além de estimular o ensino, aprendizagem e a pesquisa, a igualdade e o pluralismo de ideias

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006)

I–igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II–liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III–pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV–gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

[...]

(Constituição, 2016, p. 123)

É dessa forma que entendemos que as escolas têm o papel fundamental na vida social dos estudantes e de toda a comunidade que a cerca. Abordar o conteúdo patrimônio cultural na escola, especialmente nas aulas de história, além de contextualizar sua preservação, a memória, o meio social, a identidade, se torna mais importante para o conhecimento coletivo. Concordamos com MIRANDA & SCHIER ao afirmar que

A função pedagógica da disciplina de história, aplicada de maneira adequada, é formar e desenvolver características dos alunos, além de, incentivar o aluno a desenvolver reflexões, opiniões, senso crítico, senso coletivo e participativo, despertando interesses e curiosidades, querendo formar sua própria história, inicialmente em seu

meio de convívio expandindo para espaços maiores. (MIRANDA & SCHIER, 2016, p. 25)

A educação, especificamente a disciplina de história, deve incentivar os estudantes ao senso crítico, a curiosidade, buscando caminhos que incentive o conhecimento histórico. Através da disciplina de história “[...] o aluno pode entender como foram formadas e porque são desenvolvidas muitas ações que envolvem seu cotidiano [...]” (MIRANDA & SCHIER, 2016, p. 25). A problematização, debate, análise da conjuntura do presente sem o conhecimento histórico é deficitária. O patrimônio, a memória que ela carrega e o processo de identidade coletiva não são mantidos e preservados ao acaso, se deve a um ou vários motivos.

A disciplina de História deve, contudo, ultrapassar as barreiras estabelecidas pelo sistema educacional, não permitindo que seus conceitos e conteúdo tornem-se meramente decorativos. É preciso que a História seja não somente espaço de conhecimento do passado, do que aconteceu a anos, séculos ou milênios atrás, mas contextualizar com os conhecimentos do presente. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) afirma que a relação entre passado e presente, debatido na disciplina de História, é pensar o passado com a atualidade e

[...] o que nos interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais. Nesse sentido, “O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. (2017, p.395).

Cabe ao educador/a de História contextualizar as situações passados com relações do presente, desde ao convívio social e as dominações de poder. Utilizando-se de vários recursos atuais, como vídeos, internet, como tão antigos como a oralidade, e ainda uso de registros escritos ou fotográficos. Como Penedo possui vários estudos, ligando a História do Brasil, visitas monitoradas, acesso a literatura local são aliados para que a juventude possa aprender sobre o lugar que vive.

#### **4.1 Rede Estadual de Ensino em Penedo**

A GERE<sup>8</sup> (Gerência Regional de Educação) de Penedo possui 16 escolas, sendo 6 destas localizadas na cidade, abrangendo desde ensino fundamental inicial até o ensino médio,

---

<sup>8</sup> O Estado de Alagoas possui 13 gerências regionais de educação, cada uma com raio de influência. Penedo está na 9ª gerência, que compreende, além de Penedo (sede), Feliz Deserto, Piaçabuçu, Igreja Nova, Porto Real do Colégio, São Braz, Olho D'Água Grande, Campo Grande, totalizando 8 municípios.

contendo também EJA (Educação de Jovens e adultos). As escolas situadas em Penedo são: Escola Estadual Comendador José da Silva Peixoto; Escola Estadual Dr. Alcides Andrade; Escola Estadual Gabino Besouro; Escola Estadual Hermílio de Freitas Melro; Escola Estadual Prof. João Valeriano de Oliveira e; Escola Estadual Ernani Méro.

Para entendermos características de como o conhecimento dos estudantes da rede estadual de ensino de Penedo sobre patrimônio bem como a história da cidade, escolhemos 3 escolas, ou seja, metade das escolas estaduais da cidade, todas elas contendo ensino médio. As três escolas foram escolhidas por critérios como: número de estudantes, localização, características de ensino da escola e possuir ensino médio. Logo, as três instituições representam características do ensino estadual, contendo semelhanças, como estrutura ou quadro profissional (há professores que atuam em duas ou mais escolas estaduais) e diferenças entre ambas, como ensino integral e localização. A nota da rede estadual em Penedo foi de apenas 2,9<sup>9</sup> bem abaixo da projeção e meta da cidade, que era de 3,4. Isto denota a necessidade de melhoramento para que os estudantes possam desenvolver não somente a nota, mas o aprendizado. Por esses critérios e características, as escolas em que os questionários foram aplicados foram:

- Escola Estadual Comendador José da Silva Peixoto, na turma 2º C matutino. A escola conta com 1100 estudantes dentre médio, fundamental II e EJA. Fundada em 1934, o nome da escola é uma homenagem ao seu patrono. O espaço escolar conta com 28 salas de aula, sala de leitura, de vídeo, laboratório de informática.
- Escola Estadual Dr. Alcides Andrade, no 1º D do vespertino, localizada na parte alta da cidade, a escola conta com 1002 estudantes no ensino fundamental II e médio. Fundada em 1991, o nome faz referência ao pai do governador alagoano Moacir Andrade. A escola tem 13 salas de aula, laboratório de informática, robótica e sala de multimídia. Possui quadro de 66 professores, inclusos os cargos de gestão.
- Escola Estadual Ernani Méro, na turma 1º B, a única das escolas estudadas que possui ensino integral. O nome é em referência ao escritor Ernani Méro, que possui vários livros sobre a história da cidade. Com 260 estudantes, começou a funcionar no ano de 1965 e desde 2016 é ensino integral. Possui quadro de 41 professores, destes 2 são de história, além de 32 funcionários. A estrutura da

---

<sup>9</sup> Dados obtidos em <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=5087908>> acesso em 12/09/2019.



escola conta com 12 salas de aula, 1 auditório, biblioteca, laboratórios de informática e química.

Os estudantes das turmas, que são do ensino médio, costumam ter em torno de 15 a 18 anos de idade e, dessa forma, teriam maior entendimento das perguntas feitas, bem como tempo de ter realizado pesquisas, estudos, ou visitas no centro histórico de Penedo. As turmas que responderam ao questionário foram escolhidas juntamente com as coordenações cada uma das escolas, sob critérios variados como quantidade de estudantes, participação, horário disponível entre outros. Buscamos, assim, atingir estudantes de distintos: na Escola Estadual Comendador José da Silva Peixoto, no turno matutino. Para contrapor, escolhemos o turno vespertino na escola Estadual Dr. Alcides Andrade. Em relação a escola Estadual Ernani Méro, as turmas são integrais

As escolas estaduais Comendador José da Silva Peixoto e Ernani Méro atendem aos estudantes que vem de diversas áreas, principalmente dos bairros centro e Santa Luzia. As duas escolas são vizinhas, dividindo o mesmo muro, localizadas no bairro de Santa Luzia. A segunda possui ensino em tempo integral, enquanto a primeira não tem essa característica, funcionando os três turnos com turmas distintas do fundamental II, médio e EJA.

A escola estadual Dr. Alcides Andrade, ao contrário das demais, localiza-se no bairro Dom Constantino, na parte alta de Penedo, atendendo a um público diferente da cidade. Recebe grande parte dos estudantes da região alta, além de vários estudantes vindos da zona rural da cidade, funcionando nos três turnos.

A pesquisa de campo foi realizada em várias etapas. A primeira foi a elaboração dos questionários, quais perguntas deveriam ser feitas e os objetivos das perguntas. A próxima a se consiste em obter dados da rede estadual de ensino de Penedo, bem como suas escolas e quais delas deveriam ser aplicadas as perguntas. A terceira fase consiste em ter o primeiro contato com a Gestão da escola, seja por meio da coordenação, direção, secretaria e o professor/a de história, para ter acesso aos dados da escola e a seleção da turma que responderia os questionários. O quarto passo é a apresentação, explicação e aplicação dos questionários na turma escolhida em acordo com a escola. Também obtenção de respostas através de perguntas feitas aos professores, para que expressem suas opiniões, necessidades e apoio da escola, apoio do poder público e da comunidade. Em seguida, recolhimento de dados e análise dos mesmos e sua interpretação.

Sobre trabalho de campo, entendemos que

O *trabalho de campo* permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MINAYO, 1994, p. 61)

Seguindo Minayo, que diz que todo pesquisador é um perguntador (1994, p.62) para a análise dos dados obtidos, será possível uma abordagem quantitativa e qualitativa. Nesse sentido, a pesquisa quantitativa e qualitativa tem papel fundamental na elaboração desta investigação. Para Oliveira “Adotar a prática de combinar técnicas de análise quantitativa com técnicas qualitativa proporciona maior nível de *credibilidade* e *validade* aos resultados da pesquisa evitando-se, assim, o reducionismo por uma só opção de análise” (2012, p.39). O caráter da pesquisa endossa a importância de que os dados quantitativos coletados tenham um significado e interpretados, a modo de compreender a realidade ou características do objeto de estudo.

A pesquisa tem caráter quantitativa, ao passo que a coleta de dados através de questionários, com perguntas fechadas com possibilidade de escolher 1 (uma) alternativa. Logo após a exploração do espaço e pesquisa sobre as escolas estaduais de Penedo bem como sua localização, aplicamos um questionário e demos uma interpretação aos dados obtidos pelos estudantes, no total de 67 questionários respondidos dando qualidade aos dados. Nesse sentido, passamos pelas fases de observação e escolha da turma que responderia ao questionário, em uma decisão conjunta com a coordenação da escola. Logo após aplicamos o questionário nas turmas e a análise de dados, seguindo as etapas sugeridas por Minayo

Pesquisa qualitativa tem três etapas: fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental. A primeira é a fase anterior ao campo e nela se compreende tudo que for preciso para realizá-lo. A segunda é a parte prática da pesquisa consiste em levantar os dados, observações, entrevistas... a terceira é a compreensão e análise da pesquisa de campo. (1994, p. 26 e 27)

O questionário aplicado aos estudantes continham 11 questões fechadas, em que apenas poderiam ser escolhida uma resposta na pergunta. As questões, relacionadas ao entendimento dos estudantes sobre patrimônio cultural, acesso à cultura e história de Penedo, busca compreender os aspectos do ensino estadual e o acesso ao conhecimento da vida cotidiana dos estudantes, da sua própria realidade. Compreendemos que o questionário é o meio de ter acesso a dados e, assim, construção da pesquisa como apontam Chaer, Diniz e Ribeiro “Assim, nas questões de cunho empírico, é o questionário uma técnica que servirá para coletar as

informações da realidade, tanto do empreendimento quanto do mercado que o cerca, e que serão basilares na construção do TCC” (2011, p.260).

#### **4.2 Análise Dos Dados Coletados**

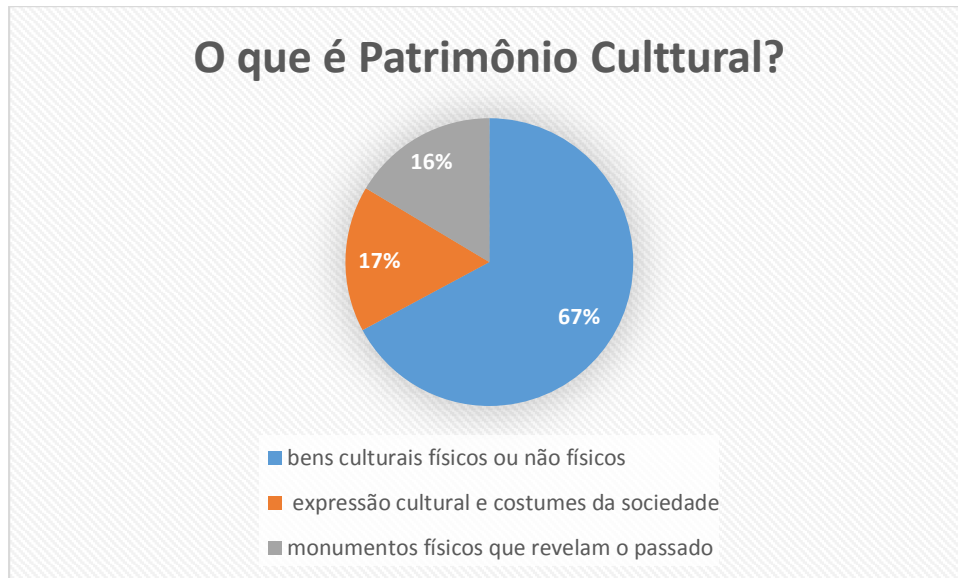
As perguntas, em um total de 11, foram aplicadas entre os meses de Agosto e Setembro de 2019, sendo respondidas 67 no total das 3 escolas. Logo após o recolhimento dos dados, buscamos dar significado as respostas que os estudantes marcaram, considerando que os mesmos responderam de acordo com seus conhecimentos e perspectivas sobre patrimônio cultural e história de Penedo. Sobre a análise de dados, concordamos com Teixeira, ao afirmar que

A análise estatística, outro passo da análise e interpretação dos dados, vem após a tabulação dos dados e é procedida em dois níveis: a descrição dos dados e a avaliação das generalizações obtidas a partir desses dados. Essa análise pode ser feita manualmente, com o auxílio de calculadoras ou de computadores eletrônicos. (2003, p. 196)

Após a contagem das respostas obtidas, analisamos e interpretamos os números, demos uma interpretação, contextualizando com a situação da educação escolar. O reflexo da educação (ou falta dela) pode ser sentido socialmente, interferindo no bom convívio da comunidade.

As três primeiras perguntas dos questionários aos estudantes tratavam do seu conhecimento sobre o que é patrimônio cultural, bem como o papel do Estado e se eles têm acesso a esses espaços de memória, como vemos nos gráficos a seguir

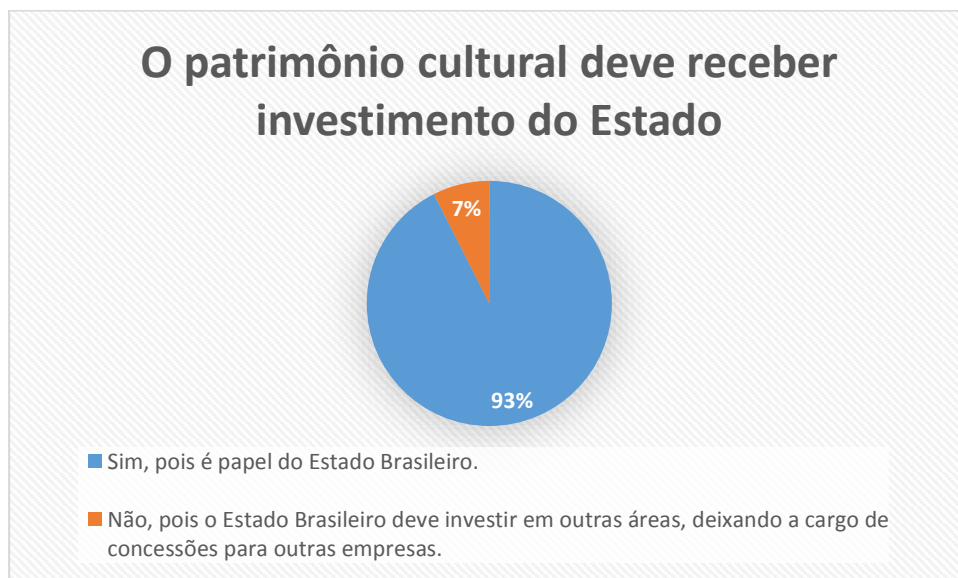
Gráfico 1: Entendimento de Patrimônio Cultural



A maioria dos estudantes ainda ligam a ideia de patrimônio a algo físico (67%), que possa ser tocado. Esse dado não mostra surpresa, visto que há ideia no meio social a materialidade, e o patrimônio seria a representação de algo físico. Notamos que poucos desses estudantes optaram pela alternativa que assinalava as duas opções, tanto bens físicos como não físicos, os bens materiais aos bens não materiais.

Quanto ao papel do Estado, entendido como a União, o índice que indica que os estudantes acreditam que o governo deve preservá-lo e deve receber investimentos públicos para que ocorra.

Gráfico 2: Papel do Estado

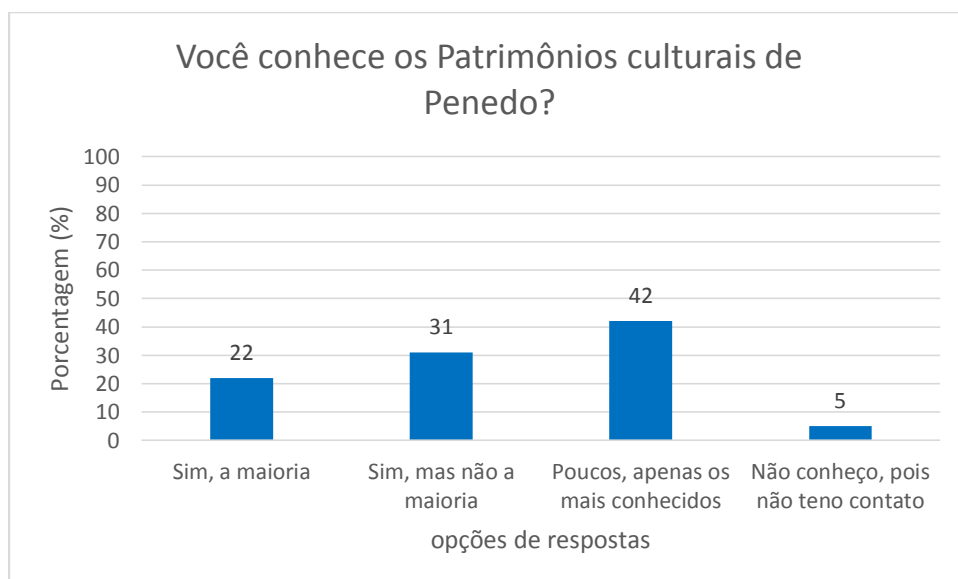


Mais de 90% dos que responderam afirmam que o Estado deve fazer investimentos públicos. A cidade de Penedo-AL, especificamente o centro histórico, é tombada pelo IPHAN, desde 1996, e recebe recursos federais para que o patrimônio não seja deteriorado e preservado pelas gerações seguintes. Entendemos que o centro histórico é “[...] uma renovação identitária que retoma a condição de centralidade ao centro histórico, por meio de um discurso que legitima investimentos financeiros e a adoção de instrumentos legais que justifiquem intervenções urbanísticas e políticas no local.” (RISCADO, 2018, p. 294).

Nota-se que os estudantes estão cientes da necessidade de preservação do patrimônio, o que leva-nos a formação da identidade coletiva. Sendo o Estado um agente de garantia da continuidade dos meios culturais, garantindo as futuras gerações acesso a memória e ao passado da comunidade.

Embora reconheçam a necessidade de preservação e papel do Estado, apenas pouco mais da metade (53%), somados os que afirmam conhecer a maioria ou um pouco menos, que é um valor razoável.

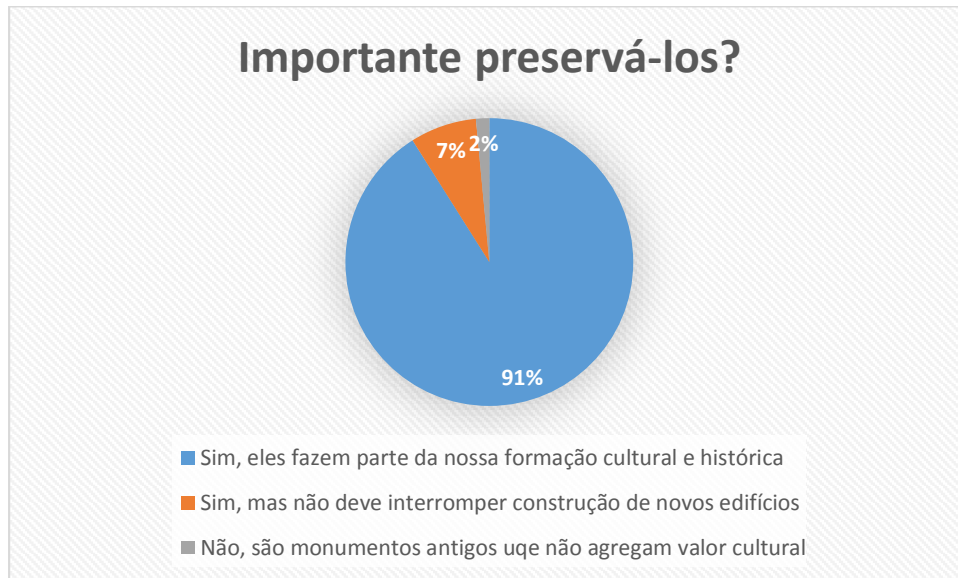
Gráfico 3: Patrimônio Penedense



Perguntamos aos estudantes se o patrimônio de Penedo deve ser preservado e mais de 90% acredita que sim, que eles devem continuar fazendo parte da arquitetura do centro

histórico. Se os monumentos são antigos, logo contam várias histórias sobre seus acontecimentos e do lugar em que se localizam. Políticas de elevação do turismo local, com incentivo a preservação, ao contato com a comunidade fazem sentido.

Gráfico 4: Preservação



Acreditamos que, é dessa forma, que a educação patrimonial deve entrar, tanto nas aulas de história quanto em trabalhos, feiras e eventos multidisciplinares. O papel da educação patrimonial

[...] nas escolas é permitir ao aluno um aprofundamento da história de seu município e de suas origens, bem como um incentivo para que o mesmo desenvolva um senso crítico frente aos temas que serão trabalhados, sejam eles históricos culturais e/ou naturais. (SANTANA; PEREIRA; TRICÁRICO, 2016, p.4)

O índice de apenas metade dos estudantes afirmar que conhecem os patrimônios culturais é preocupante. Obviamente, o trabalho de educação patrimonial (assim como a educação) é um trabalho conjunto entre professores, escola, direção, comunidade e, principalmente, poder público. Sabemos que há uma série de problemas na realidade escolar e a instituição por muitas vezes luta contra as adversidades, isso em meio à necessidade de se fazer uma atuação que consiga contribuir com a sociedade e mudar as mazelas que são impostas aos cidadãos (OLIVEIRA *et al.*, 2013, p. 7).

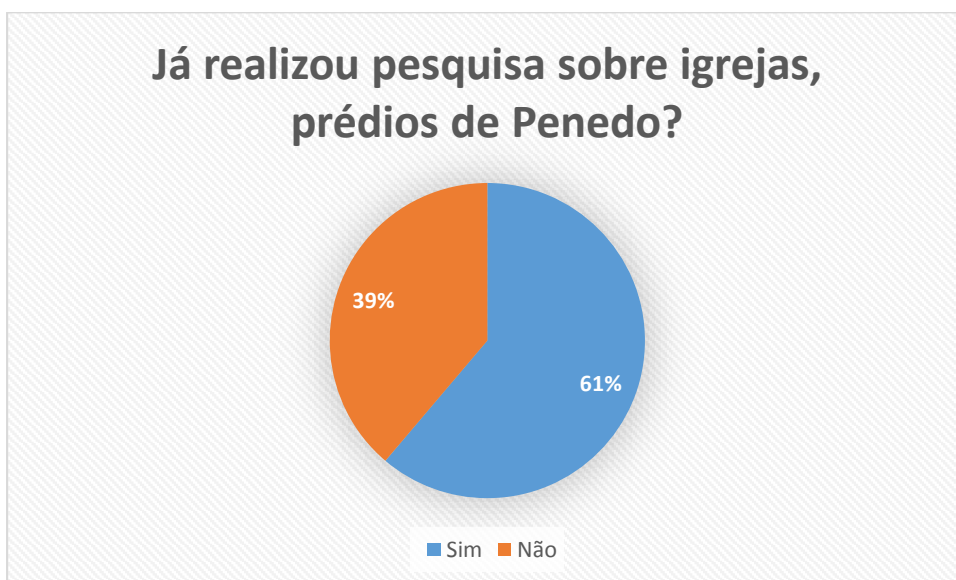
A escola deve buscar atender as necessidades e aprendizagem que a sociedade precisa, aproximando o real, o próximo, a educação ao cotidiano, de forma que seja atrativa. Perguntados se a escola oferece eventos, visitas ao patrimônio de Penedo, os resultados foram o seguinte:

Gráfico 5: Cumprimento da Escola.



Ao questioná-los se fazem pesquisas sobre monumentos históricos da cidade, a maioria diz que sim:

Gráfico 6: Visitas ao Centro



Os dados revelam que a maior parte dos conhecimentos dos estudantes sobre o patrimônio de Penedo é adquirido na sala de aula, pois realizam pesquisas sobre os monumentos da cidade (61%) enquanto a realização da escola de feiras, eventos ou visitas são bem limitadas, somando as vezes (57%) e não (30%). Para que a educação possa se desenvolver, é necessário o envolvimento da escola com a sala de aula e o contato entre o professor com a coordenação e direção mais próximo.

Não trataremos conceitos de quais patrimônios, se material ou imaterial, mas do convívio com os estudantes possui com as características e seu conhecimento sobre patrimônio, a fim de enfatizar a necessidade da educação patrimonial para a formação da democracia. Como se trata de Penedo, grande parte do patrimônio se encontra nas formas de igrejas e prédios religiosos, muito ligados à época, como afirma Lara “Assim, a noção de materialidade verificada através dos monumentos históricos religiosos, sobretudo em suas expressões edificadas, transformou-se numa das formas do patrimônio arquitetônico[...]” (2017, p. 56). É notável ao vermos vários legados em formato religioso, como a Igreja e Convento Franciscano Nossa Senhora dos Anjos, começando suas obras em 1660 (MÉRO, 1994, p.53). Por ser monumento religioso, ligado à Igreja Católica, sua administração é do Bispo Diocesano, como é de costume continuar sobre influência da Igreja, que atua “muitas vezes como definidora, mantenedora e guardiã deste patrimônio” (LARA, 2017, p. 56).

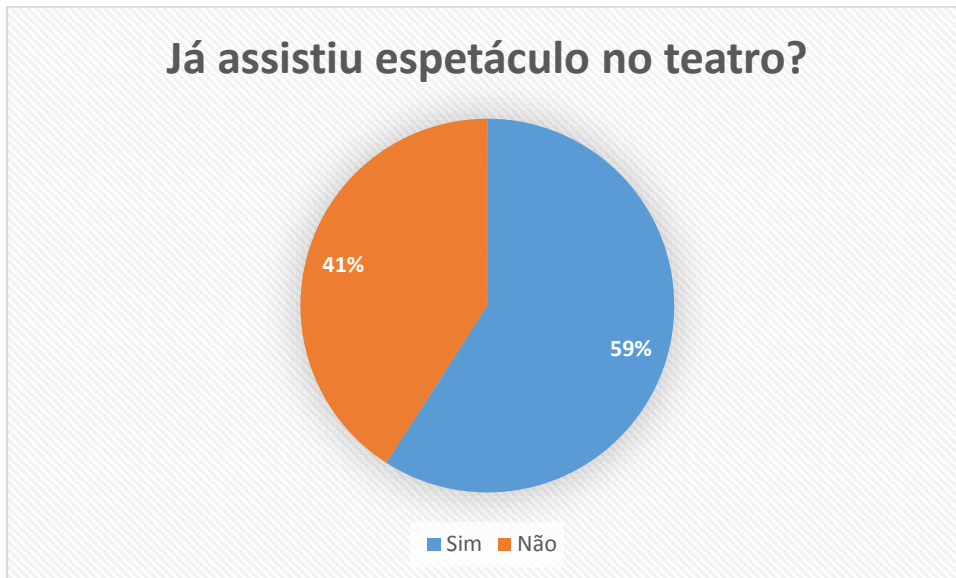
Isso não quer dizer que a cidade não possua outros tipos de monumentos que não sejam religiosos, muito pelo contrário. O Paço Imperial, onde Dom Pedro II se hospedou em Penedo em 1859 durante sua viagem pelo Rio São Francisco, o Oratório da Força, local em que negros ficavam antes da morte a fim de fazer as últimas preces, entre outros.

Um dos mais importantes, no entanto, é o Teatro 7 de Setembro, inaugurado em no dia 7 de setembro de 1884 (MÉRO, 1994, p. 75). Na sua fundação, pertencia a sociedade Phyl'harmonica, até que a posse e a administração passou a ser da prefeitura da cidade, que organiza eventos, peças, musicais, palestras, seja de Penedo ou de outros municípios.

No questionário, fizemos duas perguntas aos estudantes sobre o Teatro: Se já assistiram algum espetáculo, seja musical, eventos, shows, entre outros; e se eles já assistiram peças teatrais especificamente e a frequência que vão ao teatro. Quando se trata da primeira pergunta, os dados são o seguinte:



Gráfico 7: Teatro e Estudantes



As respostas mostram que há um número muito elevado de jovens que não assistiram a nenhum tipo de espetáculo no teatro, o que é preocupante, pois o acesso à cultura deve ser para todos como aponta Gottsfritz “A arte é um patrimônio cultural público, ao qual todos devem ter acesso sem distinção” (2015, p. 82). Mesmo os que vão ao teatro, não costumam ir com frequência, como vemos a seguir:

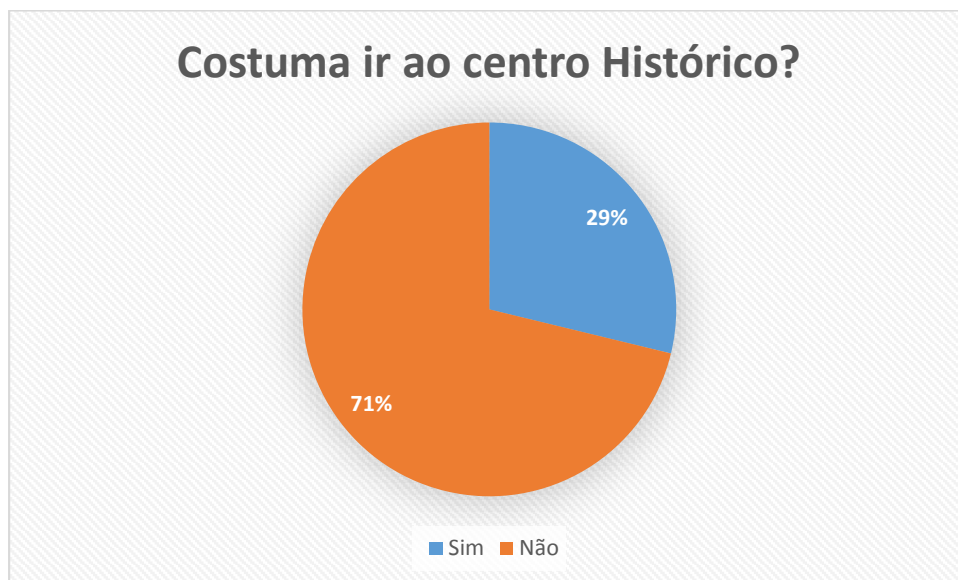
Gráfico 8: Peças no Teatro.



Outro fator interessante de ser notado nesse gráfico é que 30% dizem que não tem a oportunidade de ir. Os motivos podem ser variados, mas um dos empecilhos pode ser o valor das entradas, distância ao teatro ou falta de incentivo, seja da escola, família ou da prefeitura. Porém, o que mais preocupa é que 21% não tem interesse de ir ao teatro. É preciso trazer esses jovens a ter acesso a cultura, que leva conhecer também a história de Penedo e seus patrimônios.

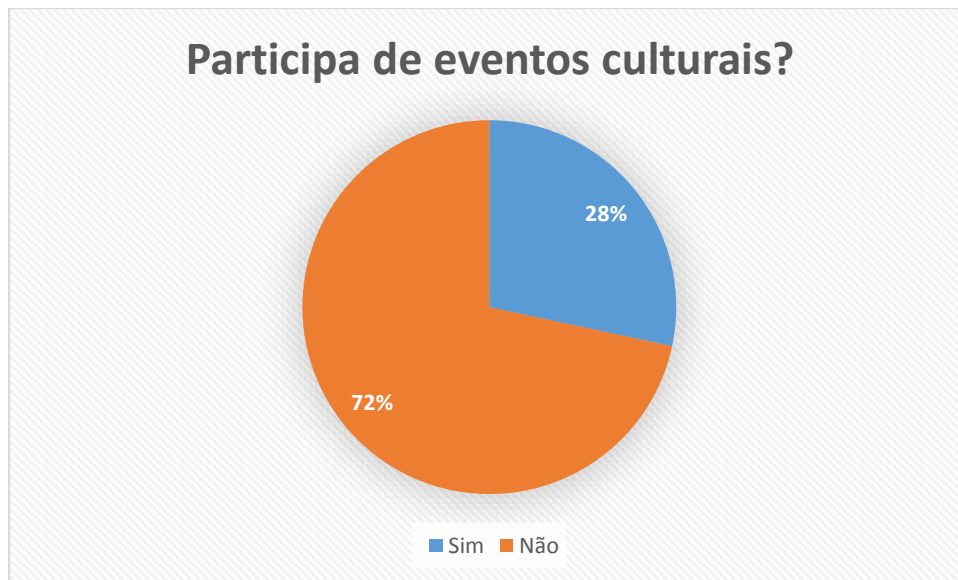
Os números sobre a ida ao teatro faz mais sentido ao percebermos que, segundo as respostas dadas pelos estudantes, a maioria não costuma ir ao centro de Penedo, o que dificulta o conhecimento dos patrimônios, da história da cidade e acesso à cultura e memória.

Gráfico 9: Visita ao Centro



Por isso, torna-se necessário que as escolas façam mais visitas monitoradas, mais eventos no centro, no teatro. Ações conjuntas com a secretaria municipal de educação facilitaria a convivência dos estudantes com a cidade. Nem mesmo participações em eventos, seja apenas como ouvintes, são costumeiras, como vemos a seguir:

Gráfico 10: Eventos culturais

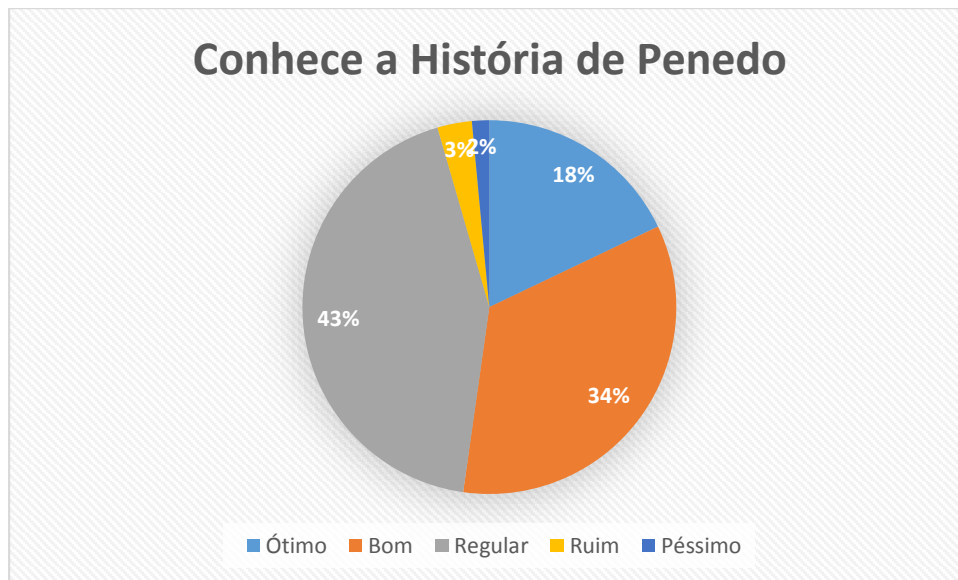


Nota-se que a maioria dos estudantes não tem aproximação com o patrimônio cultural da cidade, nem a cultura e acesso a ela. Por isso, a escola tem que ir além de suas paredes, como diz Silva & Ferreira:

O ensino aplicado aos alunos dentro da escola, não é o suficiente para mudar a convivência em sociedade, é preciso muito mais do que isso, pois atrás dos muros da escola, existe um mundo muito amplo com ideologias próprias, pronto para repassar seus valores, e preparado para adequar os indivíduos conforme o seu interesse. Por isso é preciso pensar em como alcançar esses alunos também fora da escola. (2014, p. 12)

Os estudantes, apesar de não visitar o patrimônio penedense e, conseqüentemente, não ter tanto acesso à cultura, afirmam conhecer bem a história da cidade (34%) e outros 43% consideram o conhecimento regular.

Gráfico 11: História da Cidade



Isso pode ser resultado da lei municipal de 16 de Novembro de 1973, em que é incluído o ensino de História de Penedo nas escolas municipais (MÉRO, 1994, p.19), o que levaria os estudantes no ensino fundamental a ter conhecimentos sobre a cidade. Porém, a obrigatoriedade não está nas escolas municipais e pode levar os estudantes a não reconhecimento do passado da comunidade em que vivem.

Como podemos notar nos gráficos, a educação patrimonial nas escolas estaduais ainda têm muito que melhorar, mas isso é um processo que vai além da vontade do professor e da escola, mas uma união com a comunidade e com o governo municipal.

#### 4.3 O Que Dizem Os Professores Da Disciplina História?

Entrevistamos os professores de História das escolas Comendador José da Silva Peixoto, que preferiu transcrever suas respostas, e Ernani Méro, que nos concedeu entrevista gravada. O objetivo era ter os relatos dos professores para contextualizar com as respostas dos questionários que os estudantes assinalaram, podendo haver tanto afinidade ou desvinculação com os questionários.

A história oral é uma forma de fonte histórica que nos aproxima do objeto estudado. As entrevistas orais, com hora e lugar escolhido pelo entrevistado, dá voz a indivíduos mais variados. Concordamos com Meihy e Entrevista em história oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral

quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se fonte oral. A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista. (2011, p. 14)

Holanda, que afirmam que a

Os relatos orais, com a resposta escrita do questionário feito por um dos professores, ajudam a entender melhor como a educação patrimonial e a história de Penedo é feito nas escolas. Sobre a realização das respostas dos questionamentos feitos aos professores, o questionário aberto busca um maior número de informações possíveis, com as quais podem contextualizar com a realidade escolar sob a ótica do entrevistado (BONI e QUARESMA, 2005, p.74).

Foram realizadas três perguntas aos professores das escolas da disciplina de história sobre como é feita a educação patrimonial, a história de Penedo na escola e o apoio (ou falta dele) para a realização de projetos, buscando, assim, compreender, através das palavras dos professores, e aferir a as respostas dos questionários feitos com os estudantes. A organização das respostas são:

E1: Professor da Escola Estadual Ernani Mero;

E2: Professor da Escola Estadual Comendador José da Silva Peixoto.

A primeira pergunta foi: *“Penedo tem mais de 400 anos de ocupação europeia e, nesse período, houve uma série de eventos importantes. A História de Penedo é abordada e de qual forma?”*. As respostas dos professores seguem

*E1: Trabalha tanto na parte de Brasil Colônia, o processo de colonização sobre o viés holandês aqui no nordeste, como na data comemorativa do aniversário de Penedo. Tentamos abordar tanto no assunto em si como na realização de projetos.*

*E2: Sim. Principalmente no segundo ano do ensino médio. Quando trabalha-se com os alunos os temas: Cultura Material e Imaterial: patrimônio e diversidade cultural no Brasil; História cultural dos povos africanos; A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira; História dos povos indígenas e a formação sociocultural brasileira. Economia agroexportadora brasileira: complexo açucareiro.*

Os entrevistados 1 e mostram diferenças de como abordam e os conteúdos mais impactantes na disciplina, cada qual a seu modo. O primeiro utiliza principalmente os assuntos relacionados a Europa, citando os Holandeses. Enquanto isso, o segundo contextualiza a história de Penedo com conteúdo de resistência negra e indígena. O educador(a) deve buscar

mostrar aos estudantes diversas vertentes, diferentes povos e visões dos mesmos sobre o mesmo período histórico, bem como a classificação que dão uns aos outros (GOMES, 2003, p.77). Na disciplina de história, não apenas trazer a visão europeia, como também dos povos minoritários escravizados ao longo da colonização e império brasileiro.

Contar a história da cidade é passar por cultura negra e representatividade negra. Vários trabalhos, como a tese de doutorado de Luana Teixeira “Comércio Interprovincial De Escravos Em Alagoas No Segundo Reinado” (2016), mostram a relação da cidade com a escravidão. A história e patrimônio penedense está ligado a cultura negra, e cabe a escola debater o tema e compreender o período histórico, nas palavras do E2 “*A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira*”, logo, a sociedade do município.

A segunda pergunta do questionário: “*Há visitas monitoradas ao centro, bem como interpretação desses espaços e contextualização com período histórico?*” em que o E2 não respondeu, tem como resposta do E1:

E1: *Sim, a gente trabalha visita técnica, tanto na parte de história, como também com outras disciplinas como na área de turismo, como a escola é em tempo integral e geografia, sociologia, filosofia, a gente tenta um pouco integralizar esses passeios.*

O E1 citou a relação com outras disciplinas, como a sociologia bem como o turismo. Vale lembrar que na cidade há o curso de graduação em turismo, o que estreita a relação das visitas monitoradas com o centro. A interdisciplinaridade entre várias disciplinas é um caminho para melhorar o desempenho da escola e dos estudantes. Para Ávila *et al*,

Desse modo, a interdisciplinaridade possibilita a integração das disciplinas escolares, podendo representar uma estratégia para superar o ensino excessivamente fragmentado dos conteúdos escolares e torná-lo contextualizado, capaz de contribuir para compreensão de sistemas mais complexos. (2017, p. 12)

Obviamente, ainda está longe do ideal, porém as ações conjuntas entre as várias disciplinas desenvolve a educação e cidadania. As palavras dos entrevistados comprovam os dados das respostas dos estudantes, em que 57% afirmam que a escola oferece feiras, eventos e visitas ao patrimônio da cidade.

A terceira pergunta do questionário foi “*Como o patrimônio cultural de Penedo é trabalhado na escola?*”. As respostas dos entrevistados foram

E1: *Sim, a gente trabalha tanto a parte de bens materiais como imateriais. Folguedos, arquitetura, religiosidade, entre outras coisas como a gastronomia, tudo isso é trabalhado aqui dentro da escola.*

E2: *Sim. No segundo ano do ensino médio, no final do ano, quando aborda-se o tema Cultura Material e Imaterial: patrimônio e diversidade cultural no Brasil.*

Os entrevistados afirmam que trabalham sobre patrimônio de Penedo nas escolas, cada qual a sua forma. Tanto o material quanto o imaterial. As festividades e tradições da cidade de vários séculos, os monumentos arquitetônicos, as crenças religiosas, dentre várias.

Os entrevistados mostram que fazem sua parte na educação patrimonial da cidade de Penedo nas escolas. Os questionários dos estudantes, em que a maioria afirma ter conhecimento regular sobre a história de Penedo, mostra que tem um longo caminho a se melhorar, mas o processo é lento e gradual. O desenvolvimento da educação patrimonial é um processo que depende da escola, comunidade, professores e estudantes.

## 5 Considerações Finais

O patrimônio cultural que se preserva também alimenta a história e a memória coletiva da sociedade seja ele material, imaterial, vivo, natural, ou qualquer forma de manifestação da cultura. A educação na escola desse patrimônio é importante, ao passo que os novos cidadãos se tornam cientes da formação da identidade coletiva do seu grupo social.

Através dos dados coletados nas três escolas, se espera que os objetivos tenham sido alcançados, analisamos a educação patrimonial e podemos notar e comprovar o problema de não conhecimento adequado dos estudantes do patrimônio cultural de Penedo. Metade dos estudantes diz não conhecer o patrimônio de Penedo, embora a maioria afirme que é necessário preservar e o Estado deve ser responsável por isso.

Penedo certamente é uma das cidades com maior acervo patrimonial do Nordeste e sua história. A população da cidade, através de sua juventude, podem levar a maior preservação e conhecimento do patrimônio da cidade. A maior parte dos estudantes afirma que não frequentam o centro histórico com frequência e nem que costumam participar de eventos culturais. É necessário que haja incentivo por parte da escola, família, comunidade e, principalmente, do poder municipal a fim de incentivar o acesso à cultura e história da cidade. Uma medida atraente é oferecer feiras com músicas regionais, danças, culinária, aproximando os jovens com eventos culturais.

Mas ainda encontra-se um problema maior: a preservação do patrimônio cultural penedense não continuará se os jovens estão distantes, sem acesso à cultura. A maior parte dos estudantes afirma não frequentar o teatro da cidade. Não há como haver preservação se a comunidade não tem acesso aos monumentos. Os eventos no teatro deve contar com cultura, conhecimento com preço acessível. É importante que os estudantes sejam comunicados através de panfletos, redes sociais, ida do representante do teatro as escolas para chamar a juventude a cultura.

É sentido a necessidade de aproximar a população ao patrimônio e a história de Penedo que buscamos entender a educação patrimonial na rede estadual de ensino, enfatizando o quanto ela é necessária na preservação e continuidade do que chamamos de memória.

Para isso, trouxemos entendimentos de memória, identidade coletiva e patrimônio. Verificamos que os estudantes estão longe do ideal, da perspectiva da importância da cultura na formação de sua cidadania. Contudo, compreendemos que os estudantes não possuem



consciência do patrimônio porque não tiveram acesso a ele. Ressaltamos que, se a distância da comunidade com o centro histórico permanecer, a cidade vai se tornar cada vez mais afastada de sua comunidade e poderemos ter uma população que não está ciente de sua memória. A deterioração do patrimônio pode acontecer com o passar dos anos.

As escolas estaduais buscam ofertar o que podem aos estudantes, entretanto sozinhos não conseguem mudar a sociedade. O trabalho de educação é um processo que envolve comunidade, poder público, professores, escola e família. Se um lado deixa de fazer sua parte, a educação se torna cada vez mais falhas.

A educação patrimonial se mostra, nesta pesquisa, como sendo fundamental na formação da cidadania e na consciência histórica do indivíduo. Há notório afastamento da juventude com a patrimônio cultural e história de Penedo e por isso a intervenção das lideranças são fundamentais. Consideramos que é um processo lento e gradual, demorado e imprescindível, para a preservação da memória e da identidade coletiva.

## REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Lanúzia Almeida Brum *et al.* A Interdisciplinaridade Na Escola: Dificuldades E Desafios No Ensino De Ciências E Matemática. **Signos**, Lajeado, ano 38, n. 1, p. 9-23, 2017. ISSN 1983-0378.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BNCC, Disponível em:  
<[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>  
acesso em: 01/10/2019.
- BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Maceió: SERGASA, 1981, p.1-42.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Peter Burke; tradução de Alda Porto. -3ªed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- CERQUEIRA, Louise Maria Martins. **Habitar a beira-rio**: narrativas sobre uma cartografia da vida ribeirinha a partir a partir de Penedo, AL. 2015. Dissertação de mestrado (mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.
- CERRI, Luiz Fernando. **Os Conceitos De Consciência Histórica e Os Desafios Da Didática Da História**. Revista de História Regional 6(2): 93-112, Inverno 2001.
- CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**. Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.
- COSTA, Craveiro. **História das Alagoas**: resumo didático. São Paulo: Cayera, 1983, p.1-61.
- DANTAS, Fabiana Santos. O Patrimônio Cultural Protegido Pelo Estado Brasileiro. **Patrimônio Cultural, Direito E Meio Ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba – PR, Volume I, p. 31-54, 2015, ISBN 978-85-8443-049-9.
- EDER, Klaus. **Identidades Coletivas e Mobilização De Identidades**. Revista Brasileira De Ciências Sociais - VOL. 18 Nº . 53 outubro/2003.
- GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 23, Maio/Jun/Jul/Ago, P. 75-85, 2003.
- GOTTSFRITZ, Maria R. P. A Imprescindível Democratização Da Arte E Da Cultura. **Revista Interação**, São Paulo- Sp. V. 1, Edição 15, P. 80 – 95, 2015. Issn (1981-2183).
- GUIMARÃES, Esmeraldo Victor Cavalcante. Penedo: Palco Da Festa De Bom Jesus Dos Navegantes. In.: **Entre Janelas E Camarotes**: O Sagrado E O Profano Na Festa Do Bom Jesus

Dos Navegantes De Penedo/AL. 2014. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

LARA, Camila De Brito Quadros. Patrimônio e patrimônio cultural religioso: abordagens teóricas. In.: **O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA IGREJA NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO DE DOURADOS/MS**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. – Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Vanuza Ribeiro de; Marinho, Marcelo; Brand, Antonio. **História, Identidade e Desenvolvimento Local: Questões e Conceitos**. História & Perspectivas, Uberlândia (36-37):363-388, jan.dez.2007

MARTINS, Ana Luiza. Fontes Para o Patrimônio Cultural: Uma Construção Permanente. In.: **O Historiador e Suas Fontes**. Org.: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. -1. Ed., 1ª reimpressão.- São Paulo: editora Contexto, 2011.

MATHIAS, C. L. K. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. **História Unisinos** 15(1):40-49, Janeiro/Abril 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: Como Fazer, Como Pensar**. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

MÉRO, Ernani Otacílio. **História do Penedo: elementos de história da civilização alagoana**. Maceió, AL: Sergasa, 1974.

MÉRO, Ernani Otacílio. **O Perfil do Penedo**. Maceió, Sergasa, 1994.

MÉRO, Ernani. **Templos, Ordens e Confrarias**. História Religiosa de Penedo. Maceió, SERGASA, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, L. de J. N.; SCHIER, D. A. **A Influência Do Ensino De História Na Educação Infantil E Formação Do Aluno**. Educação em Foco, Edição nº: 08/Ano: 2016.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 4ª ed. Petrópolis-RJ, Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Terezinha *et al.* Escola, Conhecimento E Formação De Pessoas: Considerações Históricas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, V. 6, N.2, P. 145-160, 2013 – ISSN: 1982-3207.

PACIEVITCH, Caroline. **Consciência Histórica e Identidades de Professores de História**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2 ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória E Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RISCADO, Júlia Erminia. Patrimônio e cidade: uma análise sobre os centros históricos brasileiros em tempos de reestruturação urbana. **MÉTIS: história & cultura** – v. 17, n. 33, p. 293-306, jan./jun. 2018.

SANTANA, Mônica; Pereira, Daniel Sarmiento; Tricárico, Luciano Torres. Educação Patrimonial: Metodologia De Sensibilização De Professores E Alunos Para O Turismo Cultural. **X Fórum Internacional De Turismo Do Iguassu**. Foz do Iguazu – PR. 15 a 17 de junho de 2016.

SANTOS, Camila Henrique. Educação Patrimonial: Uma ação institucional e educacional. **Patrimônio: Práticas e Reflexões**. Rio de Janeiro- RJ, V.1, N.7 p.147-172, 2007. ISBN 978-85-7334-053-2.

SILVA, Daniella Pereira De Souza. Penedo: Mudanças E Permanências. In.: “**Arruando**” **Vejo Rio, Homens, Pedra & Cal: A Des-Re-Patrimonialização Do Sítio Histórico Tombado De Penedo-Al**. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2016.

SILVA, Luis Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. **Periódico Científico Projeção e Docência**. V.5, N.2, 2014.

TEIXEIRA, Enise Barth. A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Editora Unijuí**, Ijuí-RS. Ano 1, n. 2, jul./dez. p. 177-201.2003.

TEIXEIRA, Luana. Alagoas: um lugar de negócios. In: **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no segundo reinado**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2016, p.116-142.

UFAL, Padrão UFFAL de Normatização. Disponível em <file:///C:/Users/Teste/Downloads/Padrao%20Ufal%20de%20Normalizacao%20revisado.pdf> acesso em: 01/10/2019.

**Anexos**  
**Questionário aos Estudantes**

**Pesquisa de campo – Educação Patrimonial de Penedo**

1) Para você, o que é patrimônio cultural?

- a) Bens culturais coletivos, físicos ou não, que remetem a lembranças do passado de um povo e de um lugar.
- b) São formas de expressão da cultura e dos costumes da sociedade.
- c) São monumentos físicos que revelam eventos e acontecimentos do passado, pouco ligado ao significado.

2) O patrimônio cultural, seja físico ou não, deve ser preservado, bem como ter investimento financeiro público nas melhorias e continuidade do patrimônio?

Sim, pois é papel do Estado Brasileiro que a memória seja preservada.

Não, pois o Estado Brasileiro deve investir em outras áreas, deixando a cargo de concessões para outras empresas.

3) Você conhece os patrimônios culturais de Penedo?

Sim, a maioria, bem como seus nomes.

Sim, mas ainda não conheço a maioria e nem seus nomes.

Poucos, apenas os mais conhecidos.

Não conheço, pois não tenho contato com o centro histórico.

4) A escola oferece eventos, feiras, visitas monitoradas ou aulas sobre o patrimônio penedense?

Sim     Às vezes     Não

5) Já realizou pesquisa sobre igrejas, prédios, edifícios, ruas, festas tradicionais de Penedo?

Sim                       Não

6) Já assistiu algum tipo espetáculo (musical, show, e afins) no teatro?

Sim     Não

7) Já foi a peças no teatro?

Sim, com frequência

Sim, costume ir as vezes

Não, pois não tive oportunidade

Não, pois não procurei acesso aos eventos

8) Você costuma ir ao centro histórico para visitar seus monumentos e prédios?

Sim

Não

9) Participa de eventos culturais no centro histórico de Penedo?

Sim                     Não

10) Acha importante preservá-los?

Sim, eles fazem parte da nossa formação cultural e histórica.

Sim, mas não deve interromper construção de novos edifícios.

Não, são monumentos antigos que não agregam valor cultural.

11) Qual nível de seu conhecimento sobre história da cidade de Penedo?

Ótimo

Bom

Regular

Ruim

Péssimo

## **Questionário aos Professores**

### **Pesquisa de campo – Educação Patrimonial de Penedo**

Perguntas a (o) Professor(a)

- 1) Penedo tem mais de 400 anos de ocupação europeia e, nesse período, houve uma série de eventos importantes, como invasão holandesa. Como é feita a educação sobre a história de Penedo na disciplina?
- 2) Há visitas monitoradas ao centro, bem como interpretações sobre esses espaços e contextualização com o período histórico?
- 3) O Patrimônio cultural de Penedo é trabalhado na escola? Patrimônio cultural material e imaterial? Quais aspectos?

**Universidade Federal de Alagoas**  
**Curso de Licenciatura em História**

**Termo de Consentimento**

Declaro-me ciente dos objetivos da pesquisa de graduação, com o título (que pode haver alterações) de “Educação Patrimonial nas Rede Estadual de Ensino em Penedo-AL, entre 2015-2019”, realizada por **Gustavo Pereira Santos**, graduando do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, matrícula 15112961. Autorizo o uso e publicação, por meio de textos e eventos científicos, da entrevista gravada/escrita concedida.

\_\_\_\_\_, Alagoas

\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

---

Assinatura do entrevistado